FORÇAS ARMADAS LULA RESISTE, MAS O EXÉRCITO INSISTE EM ADQUIRIR 36 VEÍCULOS BLINDADOS DE ISRAEL, NEGÓCIO AVALIADO EM 1 BILHÃO DE REAIS

DIREITOS HUMANOS ATIVISTAS BRASILEIROS UNEM-SE A UMA INICIATIVA GLOBAL PARA MEDIAR A RECOLOCAÇÃO DE PRESOS NO MERCADO DE TRABALHO

CartaCapital

CartaCapital 30 ANOS

ABRE O OLHO, LEÃO

A PRÓXIMA ETAPA DA REFORMA TRIBUTÁRIA SERÁ CAPAZ DE TAXAR OS RICOS E TORNAR O SISTEMA MAIS JUSTO?

cartacapital.com.br
ANO XXX Nº 1325
R$ 31,90
28 DE AGOSTO DE 2024
9 771809 669002 01325
basset editora

CartaCapital
Tudo que importa para quem se importa

28 DE AGOSTO DE 2024 • ANO XXX • Nº 1325

A guerra entre os Poderes está, de fato, pacificada? Pág. 20

6 A SEMANA

9 PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

Seu País

16 DIPLOMACIA Lula suspende compra de blindados israelenses, mas avalia fabricação no Brasil

20 ACORDÃO Governo, Congresso e Supremo acertam critérios das emendas impositivas

23 PEDRO SERRANO

24 TSE Moraes cumpriu a missão exigida pelo cargo e pelas circunstâncias

28 ANÁLISE A corrida pelo tesouro eleitoral de Bolsonaro divide a direita

31 MARIA RITA KEHL

32 ELEIÇÕES Em Belém, a acirrada disputa entre o atual prefeito, o clã Barbalho e um negacionista

35 RESSOCIALIZAÇÃO Ativistas investem em plataforma para facilitar recolocação profissional de presos

Economia

38 FINANCIAMENTO As agências de fomento estatais são opção acessível para quem deseja tirar a ideia do papel

Nosso Mundo

40 GAZA Netanyahu impõe novas condições e trava as negociações por um cessar-fogo

42 EUA Os democratas apostam no caipira Tim Walz para superar resistências a Kamala na América profunda

46 UCRÂNIA Zelensky celebra avanço em território russo, mas muitos estão céticos quanto aos ganhos práticos da investida

10 A MORDIDA CERTA
A SEGUNDA E MAIS IMPORTANTE ETAPA DA REFORMA TRIBUTÁRIA, A TAXAÇÃO DE RENDA E PATRIMÔNIO, ENTRA NA PAUTA EM BRASÍLIA

Plural

48 O SBT SEM SILVIO
QUAL SERÁ O FUTURO DA EMISSORA QUE SEMPRE SE FEZ À IMAGEM E SEMELHANÇA DO SEU FUNDADOR?

50 ALAIN DELON O galã que gostava de viver gângsteres 51 CINEMA Um filme infantil... para crianças 52 TEATRO Renata Sorrah e Marcio Abreu prestam tributo ao palco 54 LIVROS Uma Argentina desconhecida 56 AFONSINHO 57 SAÚDE *Por Riad Younes* 58 CHARGE *Por Venes Caitano*

PEDRO GONTIJO/AGÊNCIA SENADO E REDES SOCIAIS/SBT

Capa: Pilar Velloso. Foto : iStockphoto

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta

REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa e Carlos Drummond
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, André Costa Lucena, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Célia Xakriabá, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Rui Marin Daher, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde e Wendal Lima do Carmo
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ONLINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Allan Ravagnani, Getulio Xavier e Leonardo Miazzo
EDITOR-ASSISTENTE: Gabriel Andrade
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação) e Marina Verenicz
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
ESTAGIÁRIOS: Ana Luiza Sanfilippo e Sebastião Moura
REDES SOCIAIS: Caio César
SITE: www.cartacapital.com.br

basset editora
EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
ANALISTA DE MARKETING E PLANEJAMENTO: Italo Sasso
NOVOS PROJETOS: Demetrios Santos
ANALISTA DE ATENDIMENTO: Maria Clara M. Abdal
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS

DUELO DE PADRINHOS

Ironicamente, São Paulo paga um alto preço em atraso e abandono, exatamente por sua relevância política e econômica. Há mais de 20 anos, quem se elege na capital paulista, prefeito ou vereador, o faz somente para se tornar mais conhecido e disputar cargos estaduais ou federais. Não querem gerir, de fato, a cidade, nem a ela vincular a respectiva carreira política. Hoje, São Paulo é uma cidade engessada por obras de fachada, deteriora-se embaixo de camadas de tinta branca. E o que vem pela frente? Mais confrontos nacionais, com São Paulo sendo mais uma vez usada a serviço de interesses alheios às suas demandas. Até quando?
Santiago Artur Wessner

Os candidatos que concorrem aos cargos de prefeito ou vereador serão menos convincentes pelas suas propostas do que pelo rótulo de "lulista" ou "bolsonarista" que carregarem? A conferir. Mas, pelo andar da carruagem, podemos arriscar a dizer que estas eleições municipais, em grande escala, não serão mais bem explicadas por Freud, mas por Mário de Andrade: "As pessoas não debatem conteúdo, apenas os rótulos".
Williams Costa Cantanhede

À ESPERA DE GONET

Enquanto a grande mídia não pressionar pela prisão de Bolsonaro, ele seguirá leve e solto, cometendo seus crimes livremente. Paulo Gonet tem de ser chamado à responsabilidade do cargo que ocupa. Se é medroso, peça para sair.
Meire Cleide Correia Santana

NO REINO DA IMORALIDADE

O professor Aldo Fornazieri dá o tom da provável manifestação do STF no caso: a independência dos poderes não é, nem nunca foi, absoluta, ainda mais se tratando de dinheiro público. Mas os aboletados nas cadeiras do Congresso fazem uma deliberada confusão com os termos para posar de vítimas da tal "ditadura do Supremo" e do dito "ativismo judiciário", e continuar indo com sede à bolsa da viúva.
Cesar Augusto Hulsendeger

A VIDA NA LONA

Desde a invasão portuguesa, holandesa, espanhola e francesa, perpassando pela escravização e "abolição" da mesma, nunca tivemos direito a moradia. Quando não é privilégio, ela é mercadoria.
Anderson de Melo

PARA QUEM PODE

Não é medida higienista. É especulação imobiliária mesmo. Abaixam os preços para vender para os grandes, depois vêm com essas medidas.
Vinícius Moraes

LOBOS NA SALA

Não é defendendo a direita ou a esquerda, mas os países europeus enfrentam hoje uma situação emblemática quanto ao processo de imigração, desenfreada e desqualificada.
Isso tem gerado perda aquisitivo-financeira das classes médias. A saída da Inglaterra do Bloco Europeu evidencia esse problema crônico que assola a Europa nos últimos anos.
Wedderson H. Inácio

NA ROTA DA SEDA?

Espero que, dentro desse projeto, esteja o retorno da industrialização no Brasil, fortalecendo a manufatura nacional. Não acho seguro nem interessante só exportar matéria-prima e agro. É necessário diversificar.
Bia Alcure

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

Corrida por vacinas contra a mpox

Após a Organização Mundial da Saúde declarar que a mpox representa uma ameaça global, o Ministério da Saúde negocia a compra da vacina contra o vírus da varíola dos macacos. A pasta busca reforçar o estoque nacional com a aquisição de 25 mil doses com a Organização Pan-Americana da Saúde, anunciou Ethel Maciel, secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente. Desde 2023, quando a Anvisa autorizou o uso do imunizante Jynneos, produzido pela farmacêutica Bavarian Nordic, cerca de 47 mil doses foram recebidas e mais de 29 mil foram aplicadas no Brasil.

Mídias digitais/ Mister X

Musk apela ao ilusionismo para esconder o fracasso de sua caótica gestão

O ilusionismo é a arte da distração: o artista induz a plateia a desviar o olhar para determinado ponto, enquanto executa o truque em outro. Foi o que o bilionário Elon Musk fez ao anunciar o fechamento do escritório da X no Brasil. Para distrair o público da caótica gestão e dos problemas financeiros da rede social, o empresário responsabilizou o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, pelo fim da operação. Segundo o comunicado da plataforma, a decisão foi para "proteger" os funcionários da filial, que estariam sendo ameaçados pelo magistrado.

Ao concluir a compra do antigo Twitter por 44 bilhões de dólares, uma das primeiras iniciativas do magnata foi promover uma demissão em massa. Em três meses, o quadro da rebatizada plataforma X despencou de 7,5 mil funcionários para 1,3 mil. Talvez Musk desejasse protegê-los do que estava por vir. Os cortes atingiram, sobretudo, as equipes de moderação de conteúdo, um empecilho para o projeto do empresário de transformar a rede social em um refúgio da extrema-direita, liberada para propagar *fake news* e discursos de ódio. Até mesmo neonazistas foram tolerados.

Grandes anunciantes bateram em retirada. A empresa não está mais na Bolsa e não divulga seus resultados financeiros, mas a derrocada é inegável. Em outubro de 2023, funcionários receberam documentos sobre suas cotas de participação na companhia. Segundo os papéis, o valor de mercado da X seria de 19 bilhões de dólares, menos da metade da quantia paga por Musk. A rede social também acumula atritos e problemas legais com as autoridades da União Europeia, da Austrália e do Canadá.

A X não precisa ter uma representação legal no Brasil para oferecer produtos e serviços por aqui, mas continua obrigada a respeitar as leis brasileiras, inclusive o Marco Civil da Internet e a regulamentação eleitoral, explica a advogada Patrícia Peck, especialista em Direito Digital. "O não atendimento a ordem de autoridade tem como uma das penalidades possíveis a aplicação de suspensão temporária ou definitiva, ou até mesmo o bloqueio de operações no País", diz. "Por certo, é uma medida extrema e, por isso mesmo, a melhor opção é manter o diálogo e a colaboração com a autoridade, com linha de comunicação facilitada. Normalmente, isso é feito mantendo um representante no País. É como nas relações diplomáticas. Retirar o representante é um sinal de rompimento que pode gerar uma escalada de medidas."

Mesmo sem escritório no País, a plataforma continua obrigada a respeitar a legislação local

Tocantins/ Saúvas da Covid

Governador é alvo de operação da PF por desvio de cestas básicas na pandemia

A Polícia Federal deflagrou, na quarta-feira 21, a Operação Fames-19, destinada a aprofundar investigações relacionadas ao desvio de recursos públicos reservados para o combate à pandemia de Covid-19. O governador de Tocantins, Wanderlei Barbosa, do Republicanos, é um dos alvos dos 42 mandados de busca e apreensão cumpridos no estado.

Os inquéritos, que tramitam sob sigilo na Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, apontam a contratação de grupos de empresas previamente selecionadas para o fornecimento de cestas básicas, que teriam recebido a totalidade do valor contratado, mas entregaram apenas parte do quantitativo acordado. Aproveitando-se da fragilidade dos mecanismos de controle durante a crise sanitária, o esquema perdurou entre os anos 2020 e 2021, informa a nota divulgada pela corporação.

Os agentes federais também realizaram batidas em endereços ligados à primeira-dama, Karynne Sotero, e aos filhos do governador, Rérison Castro e o deputado estadual Léo Barbosa, também filiado ao Republicanos. A administração estadual diz colaborar com a PF no cumprimento dos mandados de busca e apreensão: "É do interesse do governo do Estado que tais fatos sejam devidamente esclarecidos".

A investigação contra Wanderlei Barbosa tramita sob sigilo no STJ

Desabafo na madrugada

O modelo Marcelo Bimbi, ex-marido da influenciadora Nicole Bahls, usou o Instagram para acusar o governador do Acre, Gladson Cameli (PP), de estupro e ameaça de morte. "Eu fui bolinado pelo governador do Acre. Ninguém acredita. Mandaram mensagem de que vão me matar", escreveu, em uma sequência de *stories* na madrugada da quarta-feira 21. Em nota, a equipe de Cameli refutou as alegações e afirmou que acionará a Justiça contra o denunciante. "Cada acusação à sua honra, acusações infundadas de suposta perseguição ou ilação sobre fatos desta natureza, serão respondidas no âmbito jurídico específico, com instauração de inquérito policial para a devida investigação, além das ações criminais e cíveis no âmbito da Justiça estadual".

Voepass/ VENDA DE PASSAGENS SUSPENSA

EMPRESA DEIXARÁ DE REALIZAR VOOS PARA NOVE DESTINOS ATÉ OUTUBRO

Após a perda do turboélice ATR 72-500, que caiu em Vinhedo em 9 de agosto e matou 62 pessoas entre passageiros e tripulantes, a Voepass informou que deixará de operar voos diários para nove destinos até o dia 26 de outubro. Com uma aeronave a menos em sua frota, a companhia disse ser necessária a readequação das operações. "A medida objetiva garantir uma melhora significativa na experiência dos passageiros, minimizando eventuais atrasos e cancelamentos", afirma a nota divulgada pela empresa na terça-feira 20.

Foram interrompidos os voos para Fortaleza, Belo Horizonte e Porto Seguro (BA). A partir de 26 de agosto, a Voepass deixará de operar as rotas para Salvador, Natal e Mossoró e, em 2 de setembro, para São José do Rio Preto (SP), Cascavel (PR) e Rio Verde (GO).

Em decorrência do desastre aéreo, muitos clientes decidiram não voar com a Voepass e cancelar suas passagens, mas relatam dificuldades para receber o reembolso integral do valor que gastaram com os bilhetes ou mesmo para a realocação em voos de outras companhias. As queixas sobre problemas nos cancelamentos se multiplicaram no *site* da empresa e em plataformas de defesa dos direitos do consumidor, como o *site* Reclame Aqui.

Com uma aeronave a menos, foi preciso readequar as operações

TOM COSTA/MJSP, ALEXANDRO DIAS E DIMITRIOS KAMBOURIS/GETTY IMAGES/AFP

Nada cristão

O Vaticano determinou a expulsão de Luis Fernando Figari do Sodalício da Vida Cristã, grupo religioso fundado por ele no Peru. Figari é acusado de impor um sistema de lealdade baseado em violência, agressão, humilhação e abuso sexual. A decisão, informa o Vaticano, procura "restabelecer a justiça" e "proteger no futuro o bem individual dos fiéis e da Igreja". O Sodalício foi fundado em 1971 e reconhecido, não por acaso, em 1997 pelo papa João Paulo II, como parte de sua cruzada contra o pensamento progressista no catolicismo. A "seita" de Figari tornou-se influente no Peru e ramificou por outros países sul-americanos, Brasil incluído.

Venezuela/ As atas e as ruas

O TSJ verifica os relatórios eleitorais, os protestos continuam

Maduro convoca a militância chavista

STRINGER/AFP

Após quatro dias de trabalho, os técnicos do Tribunal Supremo de Justiça afirmaram ter checado 60% das atas eleitorais, uma exigência de vários países para reconhecer a lisura do processo venezuelano. A Corte tem até 31 de agosto para anunciar o resultado da auditoria, acompanhada por observadores internacionais. Não está claro se um atestado do TSJ, controlado pelo chavismo, será suficiente para afastar as suspeitas de fraude apontadas pela oposição. O Conselho Nacional Eleitoral anunciou a vitória de Nicolás Maduro com 51,97% dos votos e diplomou o presidente para um terceiro mandato de seis anos. Os opositores contestam o resultado e apresentam atas nas quais o candidato Edmundo González Urrutia soma cerca de 70%. Caso a Corte confirme o triunfo de Maduro, Urrutia, Corina Machado, sua mentora, e outros integrantes da oposição podem enfrentar a Justiça por levantarem falsas acusações. Machado ainda corre o risco de ser indiciada pelo procurador-geral, Tarek William Saab, por homicídio. De acordo com o Ministério Público, a líder oposicionista arquitetou as manifestações que provocaram 20 mortes no país. Os apelos internacionais por moderação produzem pouco efeito. O presidente Lula chegou a sugerir novas eleições, mas a ideia não encontrou eco. Chavistas e antichavistas medem forças nas ruas, enquanto o governo tenta emplacar no Congresso uma lei de "combate ao fascismo", na visão de muitos uma medida que visa ampliar a repressão aos dissidentes.

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

Economista, foi vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, estabelecido pelos BRICS em Xangai, e diretor-executivo no FMI pelo Brasil e mais dez países

Getúlio, 70 anos da morte

▶ Continua a ser o maior presidente da história do Brasil

O suicídio de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, há 70 anos, desencadeou uma imensa comoção no País e adiou por dez anos o golpe que militares e civis reacionários e entreguistas tramavam. Essa comoção popular é uma das muitas provas de que ele foi o maior presidente da história do Brasil.

Os lulistas que me perdoem, mas o atual presidente seria um segundo lugar, no meu modesto entender, à frente de dois outros grandes que governaram o Brasil por menos tempo: Juscelino Kubitschek (1956-1961) e Ernesto Geisel (1974-1979), ambos por mandatos de cinco anos. Lula já governou quase dez anos e, se reeleito em 2026, como esperamos, terá completado 16 anos na Presidência ao fim do seu quarto mandato. Getúlio permanece, entretanto, o presidente mais longevo da história, com 19 anos no cargo (1930-1945 e 1951-1954).

Não é por duração no cargo, evidentemente, que Getúlio deve ser considerado o maior presidente de todos os tempos. O que importa é a sua extraordinária quantidade de feitos, os quais deixaram uma marca indelével.

Ninguém pode negar que Lula é um gigante e um dos principais líderes do planeta. Realizou muito nos seus dois primeiros mandatos, sobretudo no segundo. Resistiu heroicamente a uma perseguição implacável. Procura agora realizar ainda mais, defrontando-se, porém, com a pesada herança recebida de Jair Bolsonaro e com a sabotagem permanente da turma da bufunfa. Destaca-se entre todos os presidentes pelo que fez e tem feito em termos de combate à pobreza e distribuição de renda. Pode ser considerado um sucessor de Getúlio, em que pese certa ambivalência de Lula e do PT em relação à era Vargas.

Lula e JK são presidentes democráticos, eleitos pelo voto direto. Getúlio só o foi na sua segunda fase como presidente, quando volta ao poder pelo voto direto com uma vitória eleitoral estrondosa em 1950. Qualquer um sofre, porém, quando comparado a Getúlio. Não sei se os brasileiros, mesmo aqueles que tiveram a oportunidade de se educar, fazem uma ideia, ainda que remota, do que foram os seus governos. A lista de realizações é longa, vou procurar resumi-las, sem a pretensão de mencionar sequer todas as principais.

No campo econômico, reagiu à Grande Depressão dos anos 1930, com uma política de intervenção e defesa dos preços do café, então nosso principal produto de exportação, o que permitiu suavizar o impacto da crise internacional sobre a economia brasileira. Praticou o que Celso Furtado denominou de "keynesianismo antes de Keynes". Em consequência, a economia brasileira recuperou-se antes da maioria das demais e foi dada a partida à fase mais intensa de industrialização, com o centro dinâmico da economia deslocando-se do setor agroexportador para o mercado interno, como destacou Furtado.

Em 1941, criou a Companhia Siderúrgica Nacional, explorando a rivalidade entre o III Reich e os Estados Unidos, conseguindo assim o apoio norte-americano no estabelecimento da empresa. Em 1942, criou a Vale do Rio Doce. No seu segundo mandato, o BNDE (em 1952) e a Petrobras (em 1953), sob forte resistência do capital estrangeiro e seus aliados domésticos. Boa parte, se não a maior parte das empresas estatais estratégicas para o desenvolvimento do Brasil remonta, portanto, à Era Vargas.

Mas não foi só no terreno econômico que Getúlio trouxe mudanças fundamentais. Foi ele quem instituiu as leis trabalhistas, em 1934, prevendo direitos para os trabalhadores, como salário mínimo, jornada de oito horas, férias remuneradas e liberdade sindical. Foi no seu governo que se estabeleceu o voto da mulher, em 1932, realizando antiga reivindicação das lideranças femininas. Não por acaso, Getúlio volta, em 1951, à Presidência "nos braços do povo", como ele diria na sua carta-testamento três anos depois.

Getúlio havia sido derrubado por um golpe militar em 1945. Em 1950, ele derrota o candidato da União Democrática Nacional (UDN), o brigadeiro Eduardo Gomes. A UDN só era democrática no nome. Tinha pouca competitividade eleitoral, perdia quase todas para o getulismo e logo ia bater nas portas dos quartéis, pedindo intervenção militar. A UDN foi derrotada não só em 1950, mas em 1955, quando Juscelino se elegeu. E JK teria sido, provavelmente, eleito em 1965, não fosse o golpe de 1964, insuflado e liderado pelos "democratas" da UDN. Foi essa UDN, comandada por Carlos Lacerda, um demagogo radical de direita, que arquitetou, juntamente a militares entreguistas, o golpe que seria abortado pelo suicídio de Getúlio.

Getúlio saiu da vida para entrar na história, como disse na sua carta-testamento, documento que merece ser lido até hoje, pois expressa magistralmente as aspirações de desenvolvimento e justiça social que continuamos buscando. •

paulonbjr@hotmail.com

BAPTISTÃO

A mordida certa

A SEGUNDA E MAIS IMPORTANTE ETAPA DA REFORMA TRIBUTÁRIA, A TAXAÇÃO DE RENDA E PATRIMÔNIO, ENTRA NA PAUTA EM BRASÍLIA

por CARLOS DRUMMOND

A dupla vitória no Congresso, na terça-feira 20, renovou a esperança do governo de se fortalecer politicamente para a grande batalha que se aproxima, a da taxação dos ricos, beneficiados por uma das legislações mais favoráveis do mundo ao acúmulo sem limites. No Senado, o governo aprovou a retomada gradual da tributação sobre a folha de pagamento das empresas de 17 setores, desoneradas desde 2011. Uma reunião de representantes dos Três Poderes restabeleceu a vinculação das emendas parlamentares com as políticas públicas, depois de o Supremo Tribunal Federal referendar, de forma unânime, uma decisão do ministro Flávio Dino e impor limites à farra dos congressistas.

Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pela primeira vez o Congresso Nacional compensa uma desoneração e o gesto configura "um avanço institucional muito importante". A próxima missão do ministro, de encaminhar a segunda parte da reforma tributária, sobre a renda e o patrimônio, consiste, entretanto, no maior desafio da sua gestão e requer novos avanços institucionais. O objetivo é acompanhar o que fazem os países avançados e muitos outros fora desse grupo e retirar o Brasil da vergonhosa posição de conceder liberdade quase irrestrita aos ricos em relação ao sistema tributário. Como resultado dessa complacência, iniciada no governo FHC, a partir da falsa crença de que quanto mais dinheiro sobrar no bolso de quem ocupa o topo da pirâmide, maior será o benefício para os demais integrantes da sociedade, o 0,1% mais rico abocanha entre 12% e 14% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres ficam com 11%, mostra estudo do economista Sergio Wulff Gobetti, técnico do Ipea. Entre 2017 e 2022, o rendimento dos 5% da população com ganho médio mensal de 19,6 mil reais aumentou 51% e aquele dos 95% com média mensal de 1,7 mil reais cresceu 33%. A renda mês a mês do 0,01% mais rico, estimada em 1,11 milhão de reais, quase dobrou no mesmo período, com uma elevação de

Haddad encaminhou ao presidente Lula opções para a reforma do Imposto de Renda

96%, segundo estimativas do Observatório de Política Fiscal do Ibre/FGV.

Para deixar de ser um arremedo de "paraíso fiscal", o Brasil precisa tributar juros, dividendos e juros sobre o capital próprio. "O País é um dos poucos que chegaram ao ponto de instituir a isenção de lucros e dividendos distribuídos em 1996, seguindo o caminho da pequena Estônia e de mais alguns países do Leste Europeu. É uma jabuticaba tributária, porque nenhuma economia relevante hoje tem isenção para lucros e dividendos tributados na pessoa física", ressalta Gobetti. O México e a Grécia, na periferia da Europa, chegaram a ter essa isenção, mas a aboliram. Os Estados Unidos nunca deixaram de tributar lucros e dividendos.

A retirada, na última hora, da proposta de elevação de 15% para 20% do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os Juros sobre Capital Próprio do texto do projeto de tributação gradual sobre a folha de pagamento, aprovado na terça 20 no Senado, é, porém, uma amostra do que Haddad terá de enfrentar na tentativa de tributar os ricos. O governo avançou sobre a tributação indireta, do consumo, na primeira parte da reforma tributária, aprovada em 2023, que cria dois impostos sobre o valor adicionado, um ponto quase consensual entre os diversos setores da sociedade, mas as mudanças praticamente não alteram o caráter regressivo do sistema, ressalta o economista Pedro Garrido da Costa Lima, consultor legislativo. Alguns mecanismos, como o *cash back* e as reduções de tributação sobre a cesta básica, produzem algum efeito em favor da progressividade, pois a redução da tributação indireta é proporcionalmente melhor para os mais pobres. Isto é um lado, mas não o principal objetivo da primeira fase, focada sobretudo na eficiência, produtividade, racionalização e simplificação do regime de impostos.

Outro ponto é que, com o fim da cumulatividade e maior possibilidade de compensar os créditos tributários ao longo da cadeia, haverá uma melhora substancial, principalmente para os setores com cadeias de valor mais longas, como o industrial, e redistribuição da carga tributária. Teria, portanto, um impacto redistributivo setorial. Isso em tese, pois, com a possibilidade de surgirem ramos com tributação reduzida em serviços, cria-se uma certa interrogação sobre como essa carga será de fato redistribuída.

A segunda fase, a da tributação sobre a renda, é muito importante por atacar as distorções do Imposto de Renda sobre a distribuição de lucros e dividendos, que desde 1995 são isentos, benefício aproveitado, em sua maioria esmagadora, pelos muito ricos. Além de constituírem um incentivo à "pejotização", isto é, a criação de uma pessoa jurídica para receber salário via distribuição de lucros e dividendos, isenta de impostos. Essa reforma visa ainda os fundos exclusivos, que também não são tributados no Brasil.

A RETIRADA DO AUMENTO DO IMPOSTO SOBRE OS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO DE PROJETO APROVADO NO SENADO MOSTRA EM QUE BANDA TOCA O CONGRESSO

Na PEC 132, da reforma tributária, sublinha Lima, já se previa que o governo enviaria a parte da taxação da renda e do patrimônio em até 90 dias, por meio de um Projeto de Lei para discutir o Imposto de Renda. Não mandou, mas existem muitas propostas legislativas em tramitação que podem ser utilizadas. Entre elas há um projeto encaminhado pelo ex-ministro Paulo Guedes, que taxa lucros e dividendos, fundos exclusivos e *offshore*, sem preocupação com a progressividade, mas com finalidade arrecadatória. Várias medidas que provocavam gastos fizeram menção a esse Projeto de Lei de Imposto de Renda, que nunca foi aprovado, mas vi-

do por muitos parlamentares associados a empresários de setores que se beneficiam com as desonerações.

Determinadas desonerações, que beneficiam a classe média alta, como aquelas sobre saúde, têm um impacto relevante sobre o total dos desencargos. "Se essas isenções fossem aplicadas em recursos para a saúde pública, teriam um impacto muito elevado sobre a desigualdade", destaca Lima. Os abatimentos de despesas médicas na declaração de 2023 totalizaram 24,3 bilhões de reais e para este exercício há uma projeção de 26,7 bilhões de reais.

Uma dificuldade adicional é que o corte da desoneração não é suficiente para fazer com que o dinheiro que deixava de ser arrecadado vá direto para uma política social, pois, quando há uma meta de superávit fiscal dentro do arcabouço, essa redução da desoneração pode ir diretamente para o superávit primário e não para uma política pública. Há ainda um componente meritório, a redução de impostos para pequenas e médias empresas. "A preocupação da inclusão social, trazida pela discussão da progressividade, não pode ficar para trás", ressaltou Márcio Gimene, presidente da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento, em seminário sobre reforma tributária progressiva e redução das desigualdades, organizado no Congresso pelos conselhos federal e paulista de economia e pela associação dos consultores legislativos. A reforma tributária sobre renda e patrimônio, prosseguiu Gimene, é um tema sobre o qual o campo progressista em geral tem acordo quanto à importância de se avançar, mas na hora de implementar há muitas resistências, em grande medida porque as elites querem serviços de Primeiro Mundo, mas não concordam em contribuir pagando impostos sobre propriedade e renda, como fazem os países avançados, ressaltou.

Outro aspecto importante a ser consi-

rou uma espécie de cheque, de compensação no Imposto de Renda. Haddad afirmou que a equipe econômica encaminhou ao presidente Lula algumas opções de projeto e caberá ao presidente escolher o mais apropriado para mandar ao Congresso.

A questão dos fundos *offshore* foi resolvida pelo governo atual, que conseguiu aprovar a medida no Parlamento. Resta a taxação de juros e dividendos, dos juros sobre capital próprio. "E tem uma taxação que é importante", acrescenta o consultor legislativo, "feita durante o primeiro governo Lula, em 2006, que isentou do Imposto de Renda o rendimento de títulos brasileiros auferidos por estrangeiros. O contribuinte brasileiro paga imposto, mas o estrangeiro não paga. Isso também é uma forma de desigualdade e de remessa de lucros para o exterior."

Algumas propostas em tramitação podem ser utilizadas, conforme mencionado acima, a depender da articulação política do governo, para fazer avançar essas medidas. A tendência é haver uma grande resistência no Congresso em relação à tributação sobre a renda, em especial a empresarial, pois o Legislativo é forma-

Os municípios têm dificuldade em cobrar impostos de imóveis rurais. Mattei lembra: os ricos são premiados por isenções fiscais e pelos altos juros dos títulos públicos

ISTOCKPHOTO E LUCA FINOTELLO

derado, segundo Gimene, é o modelo federativo peculiar no Brasil. Os federalismos em geral têm dois níveis, a União e o Estado, enquanto no País há três níveis com autonomia, sendo que alguns tributos importantes do ponto de vista da arrecadação sobre patrimônio estão sob a responsabilidade de entes subnacionais, muitos dos quais, em especial os municípios menos estruturados, sem capacidade administrativa para fazer frente às pressões locais, principalmente no que se refere à arrecadação do imposto sobre propriedade rural, e mesmo sobre propriedade urbana.

A economista italiana Clara Mattei, professora da New School of Social Research, de Nova York, destacou durante o seminário o fato de que impostos regressivos são acompanhados de cortes em gastos sociais e por isso é importante combater esse tipo de tributação. Acrescentou que não se trata de o Estado gastar menos, mas de não realizar gastos sociais enquanto subsidia grandes investidores. "Isso é importante porque não se trata apenas de que os trabalhadores pagam mais impostos, mas de que os impostos pagos por esse setor da população não vão na direção de programas como o Bolsa Família, mas são usados para subsidiar investidores, enquanto retira recursos de modo permanente do bem-estar social em educação, saúde e outras áreas. "Precisamos entender que essa austeridade fiscal não está isolada, mas conectada à austeridade monetária, aos aumentos da taxa de juros que os Bancos Centrais têm praticado no mundo, e o Banco Central do Brasil é um caso extremo de alta taxa de juros. Neste caso, o que se vê é que, uma vez mais, os ricos não tributados fazem dinheiro emprestando seu capital ao Estado por taxas de juro extremamente altas", ressaltou a economista.

O SISTEMA TRIBUTÁRIO É UMA DAS CAUSAS DA PERPÉTUA DESIGUALDADE SOCIAL, NA QUAL O BRASIL FIGURA ENTRE OS CAMPEÕES MUNDIAIS

O Senado aprovou a reoneração progressiva da contribuição previdenciária de 17 setores

Isac Falcão, presidente do Sindifisco, sublinha o fato de que "a desigualdade é o problema que notabiliza o Brasil no mundo. Lucro e dividendo não são tributados, juro sobre capital próprio é subtributado. Estamos muito próximos do pódio e temos essa posição vergonhosa no *ranking*". A Constituição situa, entretanto, a igualdade como um valor supremo e a redução das desigualdades é considerada um dos objetivos fundamentais da República. A Constituição deixa claro, lembra Falcão, que a tributação deve ocorrer conforme a capacidade contributiva, mas, apesar disso, os trabalhadores pagam imposto e os beneficiários de lucros e dividendos não pagam.

Há um otimismo moderado, ainda assim sujeito a reviravoltas, quanto a alguns tópicos da reforma tributária da renda e do patrimônio, acredita o consultor legislativo Marcelo Sobreiro Maciel. O primeiro deles, diz, é o destaque atual do tema da progressividade tributária, totalmente ausente até pouco tempo atrás, a partir de um revisionismo teórico, da mudança de paradigmas e da influência de estudos de economistas sobre o assunto. Quanto à tributação sobre herança, propriedade, há alguns sinais positivos, ainda que discretos. "O grande avanço que se teve foi a aprovação da lei da tributação de fundos exclusivos e *offshore*, em 2023", ressalta Maciel. Outras reformas aprovadas que vão na mesma direção envolvem a questão do preço de transferência ou *transfer pricing*, para combater a manipulação de preços de insumos e serviços transacionados entre subsidiárias e matrizes de multinacionais para fugir à tributação, e a da subvenção do ICMS, que tornou mais rigorosos os requisitos para não tributação de benefícios fiscais e aumentou a respectiva carga tributária. Entre as reformas necessárias, diz Maciel, são destaques, além da taxação de dividendos e de juros sobre capital próprio, a tributação da atividade rural e das deduções de despesas médicas, mencionada acima.

Há motivos de sobra para ceticismo,

Carvalho considera o imposto sobre heranças, entretanto, muito positivo, porque fecha várias brechas existentes no planejamento sucessório. Serão tributadas heranças no exterior ou cujo falecido ou donatário resida no exterior, o que atualmente não é possível fazer, por conta de uma jurisprudência do STF, sobre a necessidade de se ter lei federal para isso. "Apesar de no texto da emenda da própria reforma tributária constar que os estados já podem aplicar essas regras e de os tribunais terem esse entendimento, a situação está um pouco no limbo." O economista observa que há também as *trusts*, sociedades com jurisdição internacional criadas para proteção e planejamento patrimonial que possibilitam a transmissão dos bens para os beneficiários sem que seja preciso fazer inventário. "São criadas pelos ricos como se fossem empresas onde eles colocam o patrimônio e, se um deles morre, os outros integrantes da *trust* dividem, como se fosse uma espécie de herança. Mas como é dentro de uma estrutura empresarial, não incide o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação, ITCMD. Agora vai incidir. A estratégia de fracionar as doações em vida para os herdeiros não vai mais funcionar e isso é positivo."

A Estônia é a outra "potência" que isenta de tributos os lucros e dividendos das empresas

ISTOCKPHOTO E JONAS RIBEIRO/AGÊNCIA SENADO

mas houve avanços em relação à subvenção do ICMS, a tributação dos fundos e o voto de qualidade do CARF, que foi fundamental, cita Falcão. Nenhuma legislação ou fiscalização é efetiva, diz, se não houver um órgão que mantenha os créditos tributários levantados. "Assim como será um tremendo avanço se o governo brasileiro conseguir fazer passar o que propôs no G-20, a tributação internacional de 2% sobre a riqueza. Nós vamos ter de fazer uma coisa que não fazemos hoje, calcular a riqueza dos bilionários. Hoje, todo mundo que cita os bilionários, mas não apresenta os números relativos à renda, cita a lista da *Forbes*. Não poderemos mais fazer isso."

Segundo o economista Pedro Humberto Carvalho, pesquisador do Ipea, apesar de constar do texto do projeto da reforma tributária do consumo que o IPVA incidirá sobre embarcações e aeronaves de uso pessoal, o impacto não vai ser muito relevante, pois boa parte desses jatinhos não é nem propriedade pessoal, geralmente está no nome da empresa. Embarcações também podem ser um ativo da companhia. "São uma forma de evasão fiscal, o empresário coloca o seu bem pessoal em nome da empresa. Por esse motivo, acredito que a tributação não terá um efeito importante. Vamos esperar para ver como vai ser essa fiscalização."

No momento, acrescenta Carvalho, estão em curso muitos embates entre os Tribunais de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, porque quem podia, mesmo tendo um imóvel localizado no Brasil, registrava em nome de uma *trust* no exterior, em algum paraíso fiscal, e não pagava nada. No final da emenda da reforma, uma parte diz que, enquanto não houver regulamentação, os estados poderão tributar o legado, as doações no exterior. Há um imbróglio na Justiça, pois o Tribunal de Justiça de São Paulo não quer validar esse argumento. Até o Supremo dar a palavra final nessa reforma, as pendências permanecem. Melhor para os super-ricos. •

Blindagem furada

DIPLOMACIA Lula suspende a compra de veículos militares israelenses, mas avalia fabricação em território nacional

POR MAURÍCIO THUSWOHL

Neste terceiro mandato, Lula não leva uma vida fácil nas relações internacionais. Pressionado pela mídia, pelas "vozes do mercado" e por governos estrangeiros a adotar posições assim ou assado em temas sensíveis como a Guerra da Ucrânia e o processo eleitoral na Venezuela, o presidente brasileiro terá de arbitrar nos próximos dias uma pendenga que envolve a compra, pelo Exército, de 36 veículos militares blindados produzidos por uma empresa israelense. A suspensão da compra pelo governo no início de agosto, às vésperas de o negócio estimado em 1 bilhão de reais ser concluído, tem como pano de fundo outra delicada questão diplomática: a ocupação da Faixa de Gaza pelas forças armadas de Israel.

Dotado de um canhão de longo alcance capaz de lançar com alta precisão obuses de 155 mm, o veículo blindado comprado pelo Brasil é fabricado pela Elbit Systems, renomada empresa de desenvolvimento de tecnologias de defesa. Utilizado pelo exército de Israel, é uma das armas mais empregadas na ofensiva militar que, segundo a ONU, já provocou a morte de 40 mil palestinos em Gaza. A clara oposição do governo brasileiro ao massacre está na raiz da decisão pela suspensão, pois "tornou complicada essa compra", como explicou Celso Amorim, assessor especial de Lula para assuntos internacionais, em entrevista à CNN Brasil: "Depois da ação altamente condenável do Hamas, houve genocídio por parte de Israel em relação aos palestinos. A Corte Internacional recomenda não colaborar com Israel nesse aspecto militar. Além disso, é preciso esperar passar essa instabilidade no conflito em Gaza".

A posição de Lula sobre a questão é conhecida. "O que o governo de Israel está fazendo com a Palestina não é guerra, é genocídio. Se isso não é genocídio, eu não sei o que é", disse o presidente durante um evento em fevereiro. Recomendada por Amorim, a suspensão da compra dos blindados israelenses tem a anuência do Itamaraty e a oposição do Ministério da Defesa, daí a convocação da reunião para encaminhar a questão. Como a decisão de Lula pela suspensão é esperada, o principal debate do encontro se dará em torno da proposta, apresentada pelo ministro José Múcio Monteiro, de que as etapas de integração e montagem das peças e equipamentos nos 36 veículos seja realizada em solo brasileiro, na fábrica da empresa AEL, subsidiária da Elbit no Rio Grande do Sul.

Procurado por *CartaCapital* para falar sobre o avanço dessa proposta junto ao fabricante e também às Forças Armadas brasileiras, o ministro da Defesa não respondeu até o fechamento desta edição. Em nota, a pasta comunicou que "a Defesa tem interesse em construir uma solução conjunta e que a produção seja praticamente toda no Brasil". A fabricação dos veículos militares na unidade localizada na Grande Porto Alegre geraria até 400

> **O negócio de 1 bilhão de reais foi sustado por recomendação do ex-chanceler Celso Amorim**

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 35

Ressocialização. Ativistas lançam plataforma para facilitar recolocação profissional de presos

Objeção. Os blindados da Elbit têm canhões de longo alcance para lançar obuses de 155 mm. "É preciso passar a instabilidade em Gaza", pondera Amorim

ELBIT SYSTEMS/ISRAEL E CLÁUDIO KBENE

empregos diretos ou indiretos, segundo estimativas da própria Elbit.

Professor de Geopolítica da Escola Superior de Guerra, Ronaldo Carmona considera correta, por diferentes razões, a decisão do governo brasileiro pela suspensão da compra dos blindados: "Primeiro, por uma questão de coerência com a nossa política industrial. O Brasil hoje faz um esforço gigantesco, através da nova indústria, para fomentar a defesa nacional e buscar desenvolver capacidade própria de fornecimento de material de emprego militar para as nossas Forças Armadas. É uma meta substituir a forte dependência que o Brasil tem desse material de países da Otan e de Israel". A segunda razão é de natureza estratégica: "O Brasil tem uma diferença geopolítica importante em re-

Contratos. A FAB encomendou dois drones RQ-900. O ministro José Múcio busca alternativas para preservar a aquisição dos blindados para o Exército

lação à atitude do atual governo de Israel, que tem promovido uma política de deliberado genocídio em relação aos palestinos. Há um absoluto descompasso estratégico entre o que é a visão de Israel e o que é a visão do Brasil como membro dos BRICS e ativo defensor da multipolarização do sistema internacional".

Carmona ressalta que o Brasil já teve uma robusta base industrial de defesa, inclusive na área de blindados. "A Engesa fabricava nos anos 1980 um carro de combate chamado Osório, que à época venceu em competições internacionais o principal carro de combate americano." Não por acaso, acrescenta, a empresa brasileira, fundada em 1958, foi objeto de uma ação geopolítica que acabou por fechar o seu acesso a mercados externos: "Com isso, a Engesa entrou em crise falimentar. À época, o governo optou por ignorá-la, o que foi absolutamente lamentável". Outras empresas como Avibras e Embraer, diz o especialista, foram grandes conglomerados

que o Brasil conseguiu formar no desenvolvimento da sua indústria bélica.

O setor de Defesa, acrescenta o professor da ESG, tem forte incidência no desenvolvimento tecnológico brasileiro. Além das ações de política industrial, o Brasil desenvolve um programa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, gerenciado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), para o País ganhar autonomia em tecnologias de defesa: "O projeto busca nacionalizar tecnologias das quais hoje o Brasil é dependente do exterior. Creio que a decisão do governo pela suspensão da compra dos blindados tem relação também com essa busca por recompor a nossa autonomia e capacidade em materiais críticos de defesa".

Alguns deputados da base governista se mobilizam para que o governo desista deste e de outros três contratos militares firmados pelas Forças Armadas brasileiras com Israel neste ano. Além dos 36 veículos blindados para reforçar a frota do Exército, a Força Aérea Brasileira (FAB) contratou, por 86 milhões de reais e sem licitação, os serviços da Israel Aerospace Industries para manutenção de duas aeronaves não tripuladas do modelo Heron-I. A deputada Fernanda Melchionna, do PSOL, protocolou um pedido de informações sobre esse contrato junto ao Ministério da Defesa. Na mira dos parlamentares há ainda dois outros contratos firmados com a empresa israelense Aeroeletronica International, um para a aquisição de duas aeronaves modelo RQ-900, também fabricadas pela Elbit, e outro para a modernização de cinco aeronaves do modelo E-99M, fabricadas pela Embraer e pertencentes à FAB.

Ora licenciado para concorrer à prefeitura de Maricá, no Rio de Janeiro, o depu-

tado federal Washington Quaquá endereçou ao Ministério das Relações Exteriores um pedido pelo fim das compras militares junto a empresas israelenses: "Israel não tem uma aliança estratégica com o Brasil. É preferível fazer acordos com Itália e França, países próximos do Brasil do ponto de vista militar. No mercado tem a China, a Rússia e mesmo os EUA. Não há razão para o Brasil firmar contratos de compra militar com Israel, que não tem relevância geopolítica para o País".

A deputada federal Jandira Feghali, do PCdoB, defende que, "devido à limpeza étnica que acontece em Gaza", o Brasil cancele acordos militares com Israel: "Acho extremamente positiva e importante para este momento a decisão do governo de não comprar os blindados ou de interromper outras negociações desse tipo. Não é possível que, diante do que está acontecendo com o povo palestino, os países não interrompam relações comerciais com Israel, particularmente nesse campo das armas e da segurança".

Para Carlos Zarattini, deputado federal pelo PT, toda compra militar brasileira deve respeitar a estratégia geopolítica do País: "Na prática, Israel rompeu com o Brasil na medida em que declarou *persona non grata* o nosso presidente legitimamente eleito. O governo de Israel tomou essa posição. Portanto, não é conveniente que o Estado brasileiro faça contratos com empresas israelenses na área de defesa neste momento". Em segundo lugar, diz o vice-líder do PT na Câmara, provavelmente existirão questionamentos de outras empresas ao processo de compra: "Haverá algum desdobramento do ponto de vista administrativo e até judicial. O processo de compra precisa ser reavaliado por vários órgãos, como a Casa Civil e o Itamaraty, além do próprio Ministério da Defesa".

Deputados pedem a suspensão de outros acordos militares com Israel, incluindo a modernização de aeronaves da FAB

O processo licitatório dos veículos blindados teve como derrotadas empresas de tecnologia militar da China, da França e da República Tcheca. Segundo o Ministério da Defesa, a proposta da Elbit Systems foi "a melhor em termos de condições, preços e tecnologia". Na entrevista à CNN, Celso Amorim afirmou que "não se trata somente de técnica e preço" e que "o aspecto político e diplomático é muito importante e um componente a ser avaliado". O ex-chanceler ressaltou não se tratar de algo especificamente contra Israel: "O Brasil reconhece e respeita o Estado de Israel, mas o atual governo israelense tem tido comportamento altamente condenável do ponto de vista militar". Procurado por *CartaCapital*, o assessor de assuntos internacionais de Lula preferiu não dar novas declarações sobre o tema.

Carmona avalia que a possibilidade de manter o contrato e fazer a produção dos veículos em território nacional através da subsidiária da Elbit no Brasil "é uma tentativa de minorar o problema", mas alerta que o caminho mais adequado seria reconstituir a tradição brasileira na indústria de blindados: "Temos iniciativas importantes em todo o País, inclusive associadas ao Polo de Defesa de Santa Maria, que tem forte tradição na área de blindados e pode ser objeto de uma iniciativa de incentivo à recomposição dessa capacidade tradicional da indústria de defesa brasileira". Mais que a produção de uma subsidiária estrangeira no Brasil, diz o professor, "o melhor caminho para o fortalecimento da política industrial e da autonomia tecnológica nacional na área de defesa é buscar recompor essa capacidade de produção de blindados".

Quaquá lembra que os laços com as empresas militares israelenses foram fortalecidos durante o governo Bolsonaro. O petista afirma que desenvolver uma indústria bélica é estratégico para qualquer país, mas, no caso brasileiro, isso deve ser feito com os parceiros certos: "Temos, por exemplo, parceria com os franceses no projeto do submarino nuclear e longa tradição de parceria com os italianos. Podemos e devemos fazer novas e várias parcerias para desenvolver a indústria bélica estratégica no País. Mas não podemos ter relações com Estados que promovem genocídios". •

Críticos. Feghali e Quaquá cobram coerência entre compras estatais e política externa

BRUNO SPADA/AGÊNCIA CÂMARA, RODRIGO CABRAL/MCTI, JOELSON NERY/FORÇA AÉREA BRASILEIRA E SGT. REZENDE/FORÇA AÉREA BRASILEIRA

Limites à chantagem

BRASÍLIA Um acordo entre o STF, o Congresso e o governo pretende restringir a captura do orçamento pelo Legislativo

POR ANDRÉ BARROCAL

Em maio de 2023, Arthur Lira, presidente da Câmara, sentia-se o próprio Rei Arthur. Em Nova York, disse que o Brasil "é um país de sistema presidencialista em que quem manda é o Parlamento". De volta a Brasília, estava disposto a detonar, por meio de uma votação, o desenho que o presidente Lula propusera, na posse, para o ministério: "É importante que as pessoas saibam que a realidade do Congresso não é mais a mesma". Uma decisão do Supremo Tribunal Federal por aqueles dias em relação a um processo capaz de transformá-lo em réu levaria o deputado a baixar um pouco a bola. Idem uma operação da Polícia Federal que atingiria gente próxima a Lira, em um rolo de desvio de verba pública para escolas de Alagoas, seu estado natal.

O mundo deu voltas de lá para cá. Flávio Dino, ministro da Justiça em 2023, agora é juiz do Supremo e tem nas mãos várias ações contra emendas parlamentares, fontes do poder de Lira e do senador Davi Alcolumbre. "O método 'quero, posso, mando' destrói as instituições, em face da ausência de moderação, sobrepujada por excessos", escreveu Dino em 14 de agosto, em uma liminar contra o "orçamento impositivo". Em 2015 e 2019, o Congresso havia mudado a Constituição para obrigar o governo a pagar obras inseridas por parlamentares, de forma individual ou coletiva, no orçamento. Para desespero de Lira, Alcolumbre e cia., os outros dez togados do STF referendaram a liminar. Endossaram ainda outras duas liminares de Dino contra as "Emendas Pix", método inventado pelo Congresso para enviar, sem controle, verba a estados e municípios.

Armou-se uma crise entre os Três Poderes. Lira fez andar uma mudança constitucional que permite ao Congresso anular decisões do STF. Na noite da segunda-feira 19, reuniu-se com o presidente Lula. Na terça-feira 20, foi juntamente com o colega do Senado, Rodrigo Pacheco, e o chefe da Casa Civil, Rui Costa, ao Supremo para conversar com os integrantes da Corte. Firmou-se um acordo. O orçamento impositivo será ressuscitado, mas terá de passar por ajustes no tamanho e no conteúdo. Na prática, o governo volta a ter algum poder sobre as emendas. Os critérios sobre obras a serem financiadas, procedimentos de repasse de recursos e de rastreabilidade do dinheiro serão negociados pelo Legislativo com o Executivo até o fim de agosto. Até lá, segue em vigor a liminar de Dino. Ela será revogada caso as negociações deixem satisfeitos os dois lados da mesa. O mesmo vale para as duas liminares sobre as "Emendas Pix".

> **O presidente da República tornou-se refém de um Parlamento irresponsável, diz a ação do PSOL acatada pelo Supremo**

As emendas parlamentares somam 49 bilhões de reais no orçamento de 2024, dos quais dois terços têm caráter impositivo, eis os motivos da crise. O gigantismo financeiro e a obrigação de o governo pagar 33 bilhões neste ano, 67% do total, dificultam, e muito, a vida do Palácio do Planalto. As liminares de Dino cumpriram uma espécie de profecia do líder de Lula no Senado, Jaques Wagner. Em um café de fim de ano com jornalistas em dezembro de 2023, o senador tinha comentado, a propósito da quantia reservada às emendas e da força que elas davam ao Congresso: "Eu não vou chamar ninguém para a briga. (Mas) Em algum momento, vai ficar impossível (governar)".

Estudo do economista Marcos Mendes, consultor do Senado, constatou que o Brasil está muito à frente dos países da OCDE quando se trata de autorizar congressistas a incluir obras no orçamento. Aqui, as emendas representam 20% das despesas manejadas livremente pelo governo. Nos Estados Unidos, são 2%. "O fato é: sequestraram o orçamento. Como que se planeja a política em saúde e educação se bilhões de reais são destinados sem transparência?", pergunta Glauber Braga, deputado pelo PSOL.

O partido de Braga moveu, em 8 de

Freio. Lira comandava um sistema no qual o Congresso não prestava contas a ninguém. Dino deu um basta à farra

agosto, uma ação direta de inconstitucionalidade contra as emendas impositivas. A mesma legenda tinha acionado o STF contra o "orçamento secreto" em 2021. Por conta da ação daquele ano, Dino tomara decisões recentes para tentar fazer com que fosse obedecido o julgamento de 2022 que decretara a morte dos "segredos". E foi na ação de agosto que, referendado pelos colegas, deu a liminar contra as impositividades. Permitir ao Congresso mandar o governo pagar certas obras, afirma a ação do PSOL, "representa grave prejuízo à efetividade das políticas públicas nacionais, com a pulverização dos investimentos públicos, a precarização do planejamento estratégico dos gastos e a perda progressiva de eficiência econômica, tudo em detrimento do interesse público". Segundo a ação, o presidente da

GUSTAVO MORENO/STF E VALTER CAMPANATO/ABR

República "tornou-se refém" de "um parlamentarismo silencioso, poderoso, mas absolutamente irresponsável".

Os advogados do PSOL gostaram do acordo da terça-feira 20, apesar de as emendas impositivas terem ressuscitado. Acreditam que, pelos termos, elas não funcionarão mais como tem sido há quase uma década e que "o refém" foi libertado. Na ação, eles haviam apontado ainda uma situação interessante por trás do papel das emendas. A proibição de dinheiro empresarial para campanhas políticas, uma decisão de 2015 do Supremo, foi contornada pelos congressistas via emendas. Deputados e senadores enchem os cofres de prefeitos e governadores aliados e, em troca, estes agem como cabos eleitorais dos legisladores. Não que o método inexistisse antes das emendas impositivas, mas o enorme volume financeiro reforçou, e muito, o mecanismo. "Por que alguém apresenta emenda e não quer que seja publicizada, se é feita para ganhar apoio político?", perguntou Lula, em 16 de agosto, em entrevista a uma rádio gaúcha.

A decisão de Dino sobre "orçamento secreto" ainda não foi examinada pelos colegas de Supremo, ao contrário das liminares sobre "orçamento impositivo" e "Emendas Pix". O "orçamento secreto", tipo específico de emenda, tem sido escrutinado pela Controladoria-Geral da União, por ordem do magistrado. Os resultados devem aparecer em fevereiro ou março próximos. O trabalho da CGU tem potencial para revelar bandalheiras quando houver eleições para presidente da Câmara e do Senado, ou elas tiverem acabado de ocorrer. Bandalheiras que aconteceram muito no Maranhão, o estado de Dino. Um antigo colaborador do ministro diz que, como governador do estado de 2015 a 2022, o hoje magistrado viu de perto como as emendas têm se prestado a malfeitos. Há histórias, noticiadas na mídia, de recursos demais enviados para bancar consultas médicas e extração

Gula. Josimar do Maranhãozinho está enredado em duas investigações da Polícia Federal sobre mau uso de verbas públicas

A distribuição de emendas está no centro de dezenas de escândalos investigados pela PF

de dentes em cidades maranhenses nas quais há população de menos. Aconteceu nos municípios de Pedreiras e de Lago dos Rodrigues, por exemplo. Juscelino Filho, deputado pelo União Brasil e ministro das Comunicações, é um rolo maranhense. Aprontou com emendas no governo Bolsonaro, segundo a Polícia Federal. Na condição de deputado, diz a PF, Filho separou verba do orçamento para a estatal Codevasf pavimentar ruas na cidade de Vitorino Freire, administrada por sua irmã, Luanna Rezende. A empreiteira da obra, a Construservice, tem como sócio oculto um amigo do ministro, Eduardo José Barros Costa, o Eduardo DP. Os recursos saíram de Brasília via Codevasf, chegaram a Vitorino Freire e uma parte foi parar no bolso da família de Juscelino Filho, conforme o inquérito.

O ministro só prestará contas ao Supremo caso o procurador-geral da República, Paulo Gonet, apresente uma denúncia. O relator do processo no STF é justamente Dino. Na hipótese de haver denúncia, Lula demitirá o ministro. Um dos padrinhos da chegada de Filho ao primeiro escalão é Alcolumbre, senhor do "orçamento secreto" ao lado de Lira. O senador é alvo no Supremo de uma acusação de "rachadinha" em seu gabinete. O relator do caso, que corre em sigilo, também é Dino.

Outro conterrâneo do juiz a estrelar enredos policiais por causa de emendas é Josimar de Maranhãozinho, chefe do PL no estado e o terceiro deputado mais votado por lá. Uma operação da PF em 2021, a Descalabro, revelou um esquema de desvio de verba de emendas na área da saúde. De acordo com a polícia, o deputado mandou dinheiro para cidades do Maranhão e, no fim das contas, ficou com uma parte, por meio de uma arquitetura a contar com empresas de fachada e licitações fajutas. A PF filmou-o com maços de dinheiro nas mãos.

Se Juscelino Filho abasteceu o cofre da irmã prefeita, Josimar fez igual, conforme outro inquérito da PF. A cidade chama-se Zé Doca e a prefeita, Maria Josenilda Cunha Rodrigues. Só não está claro se, nesse episódio, a verba também provinha de emenda ou apenas pertencia ao cofre da Codevasf. Pelas apurações da Operação Engrenagem, dinheiro da estatal bancou até a escola de filhos de Josimar. É outra conclusão policial à espera do pronunciamento de Gonet. Aliás, o procurador-geral teria pedido ao STF, neste ano, a abertura de 13 averiguações preliminares sobre falcatruas com emendas parlamentares, conforme noticiou a *Folha de S.Paulo*.

Mais escândalos, e crise, à vista?

PEDRO SERRANO

Advogado e professor de Direito Constitucional da PUC de São Paulo, é autor, entre outros, de *Autoritarismo e Golpes na América Latina* (Alameda Editorial)

A Constituição e o orçamento

▶ **As chamadas emendas impositivas desestabilizam o arranjo de independência e harmonia entre os poderes do Estado**

Há uma divergência teórico-doutrinária em relação à natureza jurídico-constitucional do orçamento público. Muitos autores, provavelmente a maioria, acompanhando a tendência da nossa jurisprudência, analisam a questão sob o ponto de vista estritamente formal. Trata-se de uma Lei.

Por outro lado, o orçamento é, materialmente, uma atividade de controle administrativo com finalidade de planejamento. Segundo Gaston Jèze, o orçamento é um "ato condição" da cobrança de tributos. Para Léon Duguit, por sua vez, é ato administrativo relativo às receitas e despesas originárias e, do mesmo modo, lei em sentido material autorizativa da cobrança de receitas derivadas.

Independentemente da corrente adotada, formal ou material, é relevante destacar um truísmo entre todas essas concepções: o orçamento possui uma finalidade de planejamento. Trata-se de um valor estrutural que se manifesta por atos de controle. Ou seja, atos materialmente administrativos, ainda que possam advir de uma lei de controle do Legislativo em relação ao Executivo.

Como atividade essencialmente de controle, o modal deôntico adequado, constitucionalmente exigido, deveria ser o "permitido" em qualquer matéria relativa ao orçamento público. Por essa razão, as alterações constitucionais relativas às chamadas emendas impositivas, que em vez de adotarem o modal deôntico "permitido" valeram-se do modal "obrigatório", contrariaram a natureza jurídico-constitucional do orçamento público. Com efeito, a emenda deveria permitir a despesa, ao contrário de obrigar a sua realização. Uma das características do ato de controle é não haver iniciativa. Se fosse obrigatório, não poderia ser mero ato de controle nem possuir a finalidade de planejamento. Consequentemente, as emendas impositivas violam a natureza jurídico-constitucional do orçamento público.

Ao contrário de singelo vilipêndio ao regime jurídico do orçamento público, as chamadas emendas impositivas instabilizam o sistema constitucional de separação de funções estatais, bem como o arranjo de independência e harmonia entre os poderes do Estado. Ou seja, ao obrigar uma determinada conduta, e não a facultar, fragiliza-se a interação de vontades que deveria haver entre o Legislativo e o Executivo.

Na perspectiva clássica, tem-se que coube a Montesquieu a formulação da doutrina da separação dos poderes estatais com a nomenclatura, bicameralismo legislativo e independência judicial nos moldes difundidos nas democracias contemporâneas. O cerne da sua doutrina consistiu, em linhas gerais, na entrega de díspares funções a órgãos distintos e especializados, o que serviria de mecanismo de contenção do poder.

Foi com base nas referidas premissas que, recentemente, o PSOL pediu ao Supremo a declaração de inconstitucionalidade das emendas impositivas. A ação direta de inconstitucionalidade, da qual somos um dos advogados subscritores, a partir de ideia de Walfrido Warde e a par de colegas de primeira grandeza como Rafael Valim, Waldyr Simão, Gustavo Marinho, Anderson Bonfim e outros, visa obter o reconhecimento da inconstitucionalidade da captura do orçamento público pelo Legislativo, em detrimento das legítimas prerrogativas constitucionais da administração pública, à qual compete, precipuamente, executar políticas públicas.

Nos termos deduzidos na ação de controle concentrado, a captura do orçamento pelo Legislativo é nociva ao planejamento e à execução de políticas públicas, além de comprometer o equilíbrio das contas públicas e, em escala mais ampla, o desempenho da economia brasileira. Na feliz constatação de Walfrido Warde, igualmente um dos advogados subscritores da ação, as emendas impositivas acarretam um profundo desarranjo no modelo orçamentário previsto na Constituição.

Reconhecendo a plausibilidade das inconstitucionalidades deduzidas e, ainda, o altíssimo quantitativo de emendas parlamentares de execução impositiva, o ministro Flávio Dino, relator da ação, concedeu parcialmente a medida cautelar requerida para suspender a execução de emendas impositivas até os poderes Legislativo e Executivo regulamentarem a matéria de acordo com a Constituição, com vistas a maior transparência e adequação ao interesse público, tendo o relator rechaçado, em especial, qualquer impositividade até a realização do referido diálogo institucional

É ao Executivo que a nossa Constituição confere as legítimas atribuições relativas à satisfação imediata das necessidades coletivas, bem como relacionadas à prestação de serviços públicos. O Legislativo não pode atribuir para si referidas competências que visam, em muitas situações, simplesmente irrigar currais eleitorais, bem como, inclusive por meio de reduzida transparência, mitigar os mecanismos de controle da realização de despesas públicas. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Moraes e os ritos

ANÁLISE À frente do TSE, o ministro cumpriu a missão constitucional exigida pelo cargo e pelas circunstâncias

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO E ÉLIDA GRAZIANE PINTO*

Vamos conversar sobre o bolsonarismo que pretende esconder suas desbotadas e remendadas vestimentas ostentando fraque e cartola. Assim ajambrado, o bozismo esfarrapado desfilou suas deselegâncias nas páginas da *Folha de S.Paulo*. O desfile foi comandado por um estridente rufar dos tambores midiáticos.

A matéria da *Folha* busca apontar impropriedades jurídicas cometidas pelo ministro Alexandre de Moraes no Tribunal Superior Eleitoral. O ministro empenhou-se em elucidar os riscos da divulgação de *fake news* e de outros prodígios antidemocráticos. As investidas contra o procedimento de Moraes rescendem o fedor autoritário que impregnava as matérias e editoriais no período que antecedeu o golpe de 1964. Os contorcionismos midiáticos prosseguiram em suas tropelias nos tempos duros da "ditabranda". Assim o jornal batizou os 21 anos da ditadura cívico-militar.

O "Espírito da Ditabranda" ainda inspira o acarpetado gabinete social construído nos espaços siderais ocupados pelos Bonitos, Ricos e Bondosos. Esses senhores trafegam nas alturas do Dinheiro e do Poder – seria melhor dizer nos excelsos caminhos dos Poderes do Dinheiro. Nos baixios da planície sobrevivem os *Brutti, Sporchi* e *Cattivi* (Feios,Sujos e Malvados), personagens inesquecíveis do filme de Ettore Scola.

Prefiro entender as estrepolias midiáticas como manifestações das muitas obsessões oligárquicas que assolam os senhores de Pindorama. Nas sinapses dos patrícios da pátria sobrevive a hierarquia "natural" que organiza a sociedade brasileira desde os tempos da escravidão. Diante das espicaçadas pseudojurídicas da matéria da *Folha* na busca por incriminar o ministro, lembrei-me das estocadas de um economista da "Turma dos Ricos e Bonitos" que sentou a pua na turma do andar de baixo: "O corporativismo, a cultura do direito conquistado, a demagogia, o populismo e a ditadura do politicamente correto transformaram o Brasil na república dos coitadinhos, onde os que são considerados vulneráveis julgam ser detentores de privilégios a ponto de desafiarem as autoridades constituídas para conquistarem suas metas".

> O "Espírito da Ditabranda" ainda inspira o acarpetado gabinete social

Os processos sociais e econômicos que assolam o mundo contemporâneo são cruéis em suas contradições. Adulam o sucesso individual e, no mesmo movimento, exercem o controle dos cidadãos no propósito de aniquilar os resíduos de sua capacidade crítica. Na era do ciberespaço, o domínio dos corações e das mentes é exercido com os métodos desenvolvidos nos laboratórios midiático-repetitivos encarregados de remover as sobras de razão que os indivíduos imaginam preservar. A estupidez socializada circula nos espaços ocupados por *youtubers, influencers et caterva*.

Para não cometer deslizes no campo do direito, entrego a palavra à sabedoria jurídica da professora Élida Graziane Pinto.

Recentemente, as eleições de 2022 voltaram ao debate nacional em dois momentos distintos, mas interligados, a despeito de a maior parte dos analistas ter rapidamente se esquecido do primeiro e mais significativo deles.

Nos episódios de inconstitucionalidade da liberação de gastos bilionários em benefícios concedidos extraordinariamente em ano eleitoral e de combate à desinformação decorrente de notícias falsas direcionadas a desequilibrar as eleições, as atuações do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral estiveram correlacionadas. Quem não lê em conjunto ambos os esforços de controle, enviesadamente pode ser levado a crer na controversa notícia de que teria havido uma suposta atuação "fora do rito", na presidência do TSE, do ministro Alexandre de Moraes, em relação à investigação de notícias falsas e combate à desinformação.

Vale lembrar que, em 1º de agosto deste ano, o STF julgou a Emenda 123, de 14 de julho de 2022, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade 7212. A chamada "Emenda Kamikaze" havia autorizado o então presidente da República, Jair Bol-

ARQUIVO/TSE

Escudo. O magistrado combateu as *fake news* e outros prodígios antidemocráticos no processo eleitoral

sonaro, candidato incumbente à reeleição, a abrir cerca de 40 bilhões de reais em créditos extraordinários às vésperas das eleições nacionais passadas.

A pretexto de um controverso estado de emergência decorrente dos efeitos da Guerra na Ucrânia no mercado doméstico de combustíveis, foram repassados auxílios a caminhoneiros e taxistas, bem como houve ampliação provisória do valor do Auxílio Brasil, transferência de renda aos vulneráveis análoga ao Bolsa Família, e do Auxílio Gás, entre outros benefícios a indivíduos e repasses a entes federativos.

De forma tão abrupta, quanto irrefreada, a Emenda 123/2022 rompeu diversas restrições fiscais e eleitorais, em volume e ousadia inéditos na história republicana brasileira. Todavia, a ADI 7212, proposta pelo Partido Novo, somente veio a ser julgada procedente pelo STF dois anos depois. Ao decidir tardiamente, a Suprema Corte brasileira teve de refutar a tese de perda de objeto da ação em face de uma norma, cujos efeitos já tinham expirado no ano de 2022. Em busca de um antídoto contra o risco de reiteração do abuso de emenda constitucional para tentar influenciar futuros processos eleitorais, o STF formalmente declarou que a Emenda 123 violou o princípio da igualdade de oportunidades entre os candidatos, ao ter ampliado a concessão de benefícios sociais em ano de eleições. O próprio apelido de emenda "Kamikaze" dava a dimensão profunda do risco de quebra da paridade eleitoral com o uso massivo de recursos públicos.

A Justiça Eleitoral exerce funções administrativo--regulatórias em escala maior do que sua atribuição jurisdicional

Os que mais se beneficiaram da inconstitucional distribuição de cerca de 40 bilhões de reais às vésperas do pleito de 2022 foram os parlamentares federais que se reelegeram sem maior dificuldade, o que fez com que a taxa de renovação, cerca de 40%, na Câmara dos Deputados e no Senado, fosse uma das menores do período pós-1988.

Em igual medida, o estreitamento significativo da diferença entre os candidatos no segundo turno em face do primeiro turno para o pleito executivo sugere um considerável impacto da emenda, ainda que com efeitos retardados no tempo. Tivesse sido promulgada um ou dois meses antes, provavelmente a repercussão eleitoral dos benefícios que autorizou poderia ter sido decisiva para alterar o resultado do pleito à Presidência da República.

Eis o contexto em que o posterior reconhecimento da inconstitucionalidade da emenda pelo STF deveria trazer uma reflexão contraposta à notícia que alguns

Regras. O TSE visou abusos que poderiam ter corroído a higidez da escolha dos brasileiros

ANTONIO AUGUSTO/TSE E EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

veículos de imprensa têm veiculado sobre suposta atuação "fora do rito" pelo então presidente do TSE, Alexandre de Moraes. Como poderia ele ter sido tão ágil no controle das notícias falsas que também tentaram capturar o pleito eleitoral passado e não ter atuado pronta e amplamente no caso da distribuição bilionária de benefícios prevista na Emenda Kamikaze?

Ora, o que explica a diferença entre uma e outra circunstância é exatamente a segura atuação do ministro nos limites da sua atribuição normativa. Enquanto a Emenda 123 vigeu e o STF não a havia declarado inconstitucional, o TSE nada poderia impugnar acerca do risco de abuso de poder que ela ensejou nas eleições de 2022. Havia um permissivo constitucional, ainda que falseado, contra o qual a Justiça Eleitoral não poderia se insurgir, sob pena de se sobrepor à competência do STF.

Distinta, porém, era a atribuição da Corte Eleitoral no controle da difusão espraiada de notícias falsas e no combate à desinformação. Aqui a atuação do TSE em defesa da higidez do escrutínio popular devia ser feita de ofício, celeremente, no âmbito do poder de polícia administrativa de que a Justiça Eleitoral dispõe.

Não se pode confundir competências e difundir suposições falsas sobre ofensa ao devido processo legal, onde, a bem da verdade, o que existe é uma peculiar conformação institucional da mais alta Corte Eleitoral brasileira. O TSE é instância híbrida, onde têm assento ministros do STF, sendo um deles o seu presidente. De certo modo, a designação formal como "tribunal" conduz a equívocos, porque, muito embora esteja vinculada ao Poder Judiciário, a Justiça Eleitoral exerce funções administrativo-regulatórias, em escala maior do que sua atribuição propriamente jurisdicional.

Diante das eleições nacionais de 2022, a dúplice função administrativo-regulatória e jurisdicional do TSE e dos seus ministros foi testada à exaustão. Em cada ato ou omissão juridicamente relevante a Corte Eleitoral atuou, consciente do limite da sua atribuição, sem se sobrepor ao STF.

Não foi fácil a missão constitucional desempenhada pelo ministro Alexandre de Moraes nas últimas eleições. Quem quer que lhe observe retroativamente a conduta tanto no TSE quanto no STF, ao longo de 2022, somente o fará com equidistância se contrastar o modo como atuou (se se preferir, "o rito" que lhe guiou) em suas respectivas competências na ADI 7212 e na tentativa de contenção dos vários abusos tendentes a corroer a higidez do processo eleitoral passado. •

**Professora da Fundação Getulio Vargas e procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo.*

Espólio em disputa

2024 Nas eleições municipais, a corrida ao tesouro eleitoral de Bolsonaro divide a direita e até mesmo a extrema-direita

POR JOÃO FERES JR.*

Um dos elementos mais fundamentais da condição humana é a vertigem do presente. Todas as gerações parecem se convencer, de uma maneira ou de outra, que o tempo em que vivem é crítico, único na história da experiência humana. Basta um olhar mais geral sobre essa história, contudo, para constatarmos que tal impressão é enganosa: as épocas não são todas tão críticas, a história tem grandes continuidades e verdadeiras calmarias.

Digo isso quase como um *disclaimer*, pois é difícil não concluir que a política brasileira passa por um período bastante crítico e prenhe de novidades, em sua maioria bastante preocupantes. Refiro-me, primeiramente, à prolongada crise política que atravessamos, que teve seu início nos protestos de junho de 2013.

Há quem duvide dessa datação, mas a queda repentina de 40% na aprovação da então presidente Dilma Rousseff é um evento muito raro na história, e esse não foi o único sinal dado por junho de 2013. A onda de rejeição à representação política institucional que lá se ergueu, e foi terrivelmente amplificada pela Operação Lava Jato, ainda continua a varrer os mares da política brasileira atual, ainda que um pouco atenuada. Na verdade, é essa a grande crise da qual ainda não nos livramos: a baixa legitimidade da representação política perante os cidadãos/eleitores.

Uso aqui o privilégio de um cientista político que tem se dedicado, nos últimos anos, a analisar uma pletora de dados quantitativos e qualitativos, produzidos por pesquisas nas quais sou investigador ou de terceiros. Uma coisa bastante clara emerge desses dados: o sentimento de rejeição à política é ainda muito forte. Ele desempenhará um papel nas eleições municipais que se aproximam, mas não estará sozinho.

É fato que sentimentos não governam cidades ou países. Nos regimes democráticos, são os políticos eleitos que o fazem. Nossa história recente mostra que a rejeição à política pode ser um formidável cabo eleitoral. Foi ela, no auge de seu esplendor lavajatista, que elegeu Jair Bolsonaro, o *outsider*, em 2018. Digo isso baseado em dados de pesquisa que mostram que os eleitores do capitão reformado naquele pleito possuíam, em sua maioria, um parco conhecimento prévio de sua figura, mas tinham informação suficiente para identificar nele o arauto da antipolítica. Ademais, com um tempo no horário eleitoral gratuito exíguo e baixíssimo orçamento oficial de campanha, o candidato teve poucas condições de divulgar pontos substantivos de sua plataforma, que em si já era bastante desidratada.

> Há cidades com vários candidatos que se apresentam como legítimos representantes do bolsonarismo

No entanto, a partir da vitória eleitoral e ao longo de sua Presidência, Bolsonaro teve tempo para se posicionar como o campeão dos valores conservadores, da liberação das armas, da militarização da sociedade, do evangelismo inflamado e sectário e de tantas outras mazelas morais.

Se a antipolítica e o antipetismo foram, em 2018, o principal cabo eleitoral de Bolsonaro, a agenda ultraconservadora tornou-se a marca principal do bolsonarismo, entendido aqui como um conjunto de cidadãos que preferem o capitão, com diferentes intensidades e por diferentes motivos. O grande feito do ex-militar em seu governo foi a sedimentação da representação de um grande contingente de pessoas que de alguma maneira se identificou com itens da sua pauta.

As pesquisas mostram claramente que não há "um" tipo de bolsonarista, mas uma combinação de perfis. Na última análise que fiz, com dados de 2023, agrupando eleitores de Bolsonaro no segundo turno, encontrei três grandes grupos: um religioso conservador nos valores e desenvolvimentista na economia, outro progressista nos valores e desenvolvimentista na economia, e um terceiro progressista nos valores em geral, mas conservador na questão da segurança (lei e ordem) e desenvolvimentista na economia. Não é surpresa para quem é do ramo, mais uma vez, constatar que o povo brasileiro não é neoliberal privatista, nem os bolsonaristas o são, em sua maioria.

A figura carismática de Bolsonaro é

central no bolsonarismo. Acontece que ele não é candidato nas eleições municipais que se aproximam. Na verdade, nem sequer pode ser candidato às próximas eleições presidenciais. Ademais, baseado no padrão de seu comportamento nas eleições municipais passadas, também não é muito afeito a se engajar em campanhas dos outros. Por outro lado, o bolsonarismo teve um enorme sucesso eleitoral em 2018, quando ainda não estava consolidado, e em 2022. Esse baú do tesouro repleto de eleitores é uma enorme tentação para políticos da extrema-direita e da direita mais tradicional, que implodiu no pleito de 2018 no nível nacional, mas ainda faz uma guerra de posições nos estados e no interior do País.

TÂNIA RÊGO/ABR

Marca. Em 2018, o capitão era apenas um *outsider*, mas durante seu governo conseguiu se firmar como o principal representante da agenda ultraconservadora

Não é tudo igual. As pesquisas mostram que não há "um" tipo de bolsonarista, mas uma combinação de variados perfis

CLAUBER CLÉBER CAETANO/PR

Não podemos nos esquecer de que, em eleições municipais, questões locais, inclusive de políticas públicas, costumam ter relevância, ao passo que a influência de fatores macro – como a preferência por Bolsonaro ou Lula – é fator variável, muito dependente do contexto de cada município. Como dizia um velho cientista político, "no interior (*do Brasil*) partido político não existe", dando a entender que a lógica partidária que move a política de Brasília geralmente não se replica nos municípios.

Há, portanto, três tipos básicos de candidatos nas eleições que se aproximam: o bolsonarista convicto, geralmente do PL, Republicanos, PP, PSC, com claras ligações históricas com a extrema-direita; o político local de centro-direita, geralmente pertencente a algum partido do Centrão, mas com forte base regional; e o político filiado a partidos de esquerda e centro-esquerda da base do governo Lula.

Cada tipo de candidato joga um jogo diferente. O bolsonarista convicto se esforçará ao máximo para colar sua figura à de Bolsonaro, o que em geral vai ter de ser feito por procuração, uma vez que o ex-militar não terá tempo ou disposição para fazê-lo, na maioria dos casos. Esse candidato bolsonarista tem o conforto de contar com o apoio da base *hard* de eleitores, mas isso pode não ser suficiente para consolidar uma maioria, pois, se a associação com Bolsonaro dá votos, ela também tira.

O centro-direitista deveria fiar-se em suas redes locais para ser competitivo, mas muitos tentam associar-se ao bolsonarismo, em busca do cabedal de votos que isso supostamente traria. Certamente, serão menos críveis nessa tentativa perante o eleitorado.

O candidato de centro-esquerda deverá aplicar-se na construção de apoio local. Ainda que o apoio de Lula possa ter algum efeito em alguns contextos regionais, no geral, como nossas pesquisas mostram, o eleitor mais à esquerda prefere deixar essa associação com a política nacional como última instância no processo de decisão do voto. Ademais, esse candidato terá novamente de enfrentar as acusações lavajatistas de corrupção, que a direita e a extrema-direita usam como moeda eleitoral há mais de uma década.

> Se a associação com Bolsonaro dá muitos votos, ela também tira

Por mais que a situação possa parecer difícil para a esquerda, a corrida ao tesouro eleitoral do bolsonarismo divide a direita e mesmo a extrema-direita. Há municípios com vários candidatos bolsonaristas concorrendo pela posição de legítimo representante. Têm mais sorte aqueles candidatos de esquerda em municípios onde não há segundo turno, pois a divisão da direita abre uma oportunidade de vitória. Mas isso é matéria para outro artigo. •

**Professor de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Uerj, no qual coordena o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gemaa) e o Laboratório de Estudos da Mídia e Esfera Pública (Lemep).*

Este artigo foi elaborado no âmbito do projeto Observatório das Eleições 2024, uma iniciativa do Instituto da Democracia e Democratização da Comunicação. Sediado na UFMG, conta com a participação de grupos de pesquisa de várias universidades brasileiras. Para mais informações, ver em https://observatoriodaseleicoes.com.br

MARIA RITA KEHL
Psicanalista e escritora, foi integrante da Comissão Nacional da Verdade. É autora, entre outros, de *O Tempo e o Cão*, vencedor do Jabuti de 2010, e *Tempo Esquisito* (2023), ambos pela Boitempo

Por um debate honesto

▶ A força dos argumentos depende de dois fatores: a honestidade de quem fala e a boa-fé dos que contra-argumentam. Sem isso, a mentira e a distorção imperam

"Parece que o argumento perdeu a força. Por falta de argumento, a gente fala qualquer bobagem que vem à boca", afirmou Lula recentemente, ao criticar a disseminação de mentiras – e, acrescento eu, de violência verbal e ignorância – que contaminam o debate público. Primeiro, é preciso reconhecer a modéstia do presidente ao incluir-se entre essa gente. Se esse fenômeno já existia no Brasil, como em qualquer outra sociedade, é preciso observar que a má-fé se agravou, e muito, desde a ascensão bolsonarista.

Ainda hoje, após a derrota nas urnas do pior presidente que a democracia brasileira já teve, mentiras deslavadas continuaram a interditar o debate público, com seus criadores tentando confundir a população a respeito de uma grande quantidade de informações imprescindíveis, de modo a atingir e desmoralizar a legitimidade do atual governo. Os detratores de Lula diriam, mentindo como sempre, que o atual presidente é quem mente e diz bobagens. Eles sabem que não é verdade, mas como desaprenderam a argumentar (ou nunca o souberam), valem-se da metralhadora giratória da ignorância para desaguar seus ressentimentos.

O ex-presidente, que tardou a sair do poder, é um exemplo didático de como perverter o debate público com mentiras, notícias falsas e ataques verbais vexatórios contra adversários. Bolsonaro perdeu o palanque, mas seus quatro anos de mandato – não digo governo, porque ele não governou, é incapaz fazer algo próximo disso – deixaram um lastro de comunicação desonesta que não só Lula, mas todos nós temos o dever de combater.

Foi uma verdadeira ode à ignorância, que me trouxe à lembrança um trecho do prefácio escrito por Gabriel Deville em uma edição de *O Capital*, de Karl Marx, publicada pela Edipro no fim dos anos 1980. "Sustentar, seja qual for a matéria em questão, que a ciência é inútil, que o estudo perdeu sua razão de ser, não é mais que um pretexto para se dispensar de estudar (...) e tentar desculpar-se através de uma obstinada ignorância", observou.

Como já escrevi em *CartaCapital*, a terra sem lei das redes sociais coloca em risco não só a civilidade necessária para o convívio, como também a própria democracia. É a festa dos ressentidos ante o saber e as conquistas de quem leva a democracia a sério. Volto ao tema para acrescentar que o próprio Marx já se preocupava com a força dos subterfúgios que os donos do capital há tempos utilizavam para confundir a classe trabalhadora e responsabilizá-la por seu próprio infortúnio, provocado, de fato, pela brutal desigualdade resultante da acumulação de capital nas mãos de tão poucos.

O que os dispositivos de comunicação-relâmpago de nossa época acrescentaram à fabricação de alienação apontada por Marx foi a possibilidade do anonimato dos violadores de fatos, o que favorece a disseminação da falsa consciência. Marx, sem pretender ser o único inventor das ideias que propagou, soube extrair de suas análises os fundamentos dos problemas sociais sobre os quais se debruçou – a começar pela constatação de que a história é sempre a história da luta de classes.

Se a distorção dos fatos e dos argumentos a favor dos detentores do capital não é um fenômeno novo na história da luta de classes, seu efeito deletério nos tempos antidialéticos da comunicação via redes sociais foi percebido com argúcia por Lula em sua declaração sobre a fragilidade do argumento. A força – produtiva, não destrutiva – dos argumentos depende de dois fatores: a honestidade de quem fala e a boa-fé dos que contra-argumentam.

A frase de Lula nos faz pensar sobre as dificuldades que ele enfrenta, desde o seu lugar de líder de uma nação que deseja produzir algum pacto social, algum tipo de consenso entre forças políticas contrárias. Tal empreitada depende, entre outras coisas, da boa-fé dos oponentes – ou seja, da força e da honestidade de nossos argumentos. Cabe a todos nós, que rejeitamos ferir a democracia com qualquer jogo desonesto, sustentar o bom debate público e denunciar os disseminadores de mentiras. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Se a floresta votasse...

ELEIÇÕES Em Belém, a acirrada disputa entre o atual prefeito, o clã Barbalho e um delegado negacionista

POR FABÍOLA MENDONÇA

Escolhida para sediar o maior evento climático do mundo em 2025, Belém enfrenta uma disputa acirrada para eleger o prefeito que vai recepcionar a COP-30, a conferência da ONU para o meio ambiente, encontro previsto para acontecer em novembro do próximo ano. E há uma chance nada desprezível de a cidade estar sob o comando de um adversário da floresta. Segundo as pesquisas recentes, o atual prefeito, Edmilson Rodrigues, do PSOL, disputa

Motosserra. Mauro, deputado, representa os interesses dos garimpeiros e desmatadores em Brasília, mas se apresenta como o "prefeito da COP"

uma vaga no segundo turno com o deputado estadual Igor Normando, do MDB, primo do governador do Pará, Helder Barbalho. Um dos dois enfrentaria o Delegado Éder Mauro, do PL, aliado de Jair Bolsonaro, negacionista ambiental e amigo dos madeireiros do estado.

Rodrigues escora-se no apoio, ainda acanhado, do presidente Lula. Normando vale-se do capital político do governador, motivo pelo qual experimenta um crescimento substancial nas intenções de voto. De acordo com uma sondagem do Instituto AtlasIntel de 15 de agosto, o candidato do MDB lidera a corrida com 38,8% dos votos, empatado tecnicamente com o bolsonarista, que tem 36,9%, ambos bem à frente do psolista (16,4%). No DatafoIlha divulgado quatro dias antes, Normando e Rodrigues estão com 21,5% e 20,1%, respectivamente, à frente de Mauro, que aparece com 18,3%. No início do mês, a empresa 100% Cidades, em parceria com a Futura Inteligência, divulgou um levantamento no qual Mauro registra 30,7%, Normando 19,2% e Rodrigues 14%, números bem próximos aos apurados por outros institutos no fim de julho.

Único filiado do PSOL à frente de uma capital, Rodrigues é uma das prioridades do partido, que também aposta alto na campanha de Guilherme Boulos em São Paulo. O prefeito enfrenta, no entanto, muitos obstáculos para se consolidar na disputa, até por conta da rejeição – 54,8%, segundo o Cidades/Futura Inteligência, 77%, conforme a AtlasIntel. "Não posso ser contra a pesquisa porque seria um negacionismo científico. Eu acredito na ciência, acredito na estatística, na pesquisa seriamente feita, elas dão resultados próximos da realidade. Mas já estamos vendo uma queda da rejeição, o clima está muito positivo para a retomada do crescimento e do apoio popular que sempre tivemos. Vamos avançar na nossa campanha, mostrar as realizações, que são muitas. Ao mesmo tempo, mostrar que vamos fazer muito mais. Teremos um tempo que não é dos maiores, mas são dois minutos pela manhã e dois à tarde para expor o que temos feito", afirma Rodrigues.

Eleito em 2020 para o terceiro mandato, depois de ter administrado a cidade entre 1997 e 2004, quando era filiado ao PT, Rodrigues cita ao menos três motivos que lhe renderam esse alto índice de rejeição: um problema crônico de limpeza urbana, o enfrentamento à pandemia de Covid-19 e o boicote do governo Bolsonaro. "Optei por investir em vidas humanas, transformar Belém numa referência em vacinação e em assistência aos infectados. Para isso, gastamos acima do orçamento, mas fiz isso conscientemente, porque a vida era mais importante", diz o psolista. O prefeito justifica os atrasos na coleta de lixo pela decisão de suspender o contrato após a descoberta de irregularidades. "Belém estava submetida a uma verdadeira máfia do lixo. Enfrentamos 19 ações e derrotamos todas. A cidade ficou 15 anos com um contrato superado, eram feitas prorrogações, aditivos, e o dinheiro público gasto com empresas que recebiam sem licitação. E aí, como prefeito, passei como culpado pelo lixo acumulado. A população ficava sem entender por que não havia uma solução imediata, mas não era possível continuar a gastar dinheiro público para enriquecer empresas que não tinham qualquer compromisso com o município. Confesso que isso me incomodava e, com muita humildade, até peço desculpas por uma culpa que não tenho."

O eleito vai comandar a cidade durante a COP-30, principal evento climático do planeta

Há quatro meses, o problema do lixo foi resolvido, a coleta voltou a acontecer e algumas ações buscam normalizar a limpeza urbana. "Tivemos muita dificuldade por conta da total falta de investimento em Belém durante o governo Bolsonaro, por nos considerar um adversário político", ressalta Paula Coradi, presidente nacional do PSOL. O cientista político Carlos Augusto Souza, professor da Universidade Federal do Pará, acredita que outro fator que deve ter influenciado na rejeição de Rodrigues é a comparação com os dois governos anteriores, muito bem avaliados. "A população tem na memória as gestões anteriores, que foram bem-sucedidas. E, agora, não houve nenhum tipo de avanço na cidade." Além de convencer o eleitorado em tão pouco tempo a reelegê-lo, Rodrigues precisa enfrentar a força do clã Barbalho, a turbinar o palanque familiar de Normando. "Nossa maior dificuldade é enfrentar o coronelismo", afirma Coradi.

REDES SOCIAIS E BRUNO KELLY/AMAZÔNIA REAL

O governador é muito bem avaliado no estado. Não bastasse, o pai, Jader Barbalho, é senador, e o irmão, Jader Barbalho Filho, é o ministro das Cidades, importante fonte de recursos para os projetos municipais. "Ser parente é um mero detalhe, até porque eu não entrei na vida pública agora. Foi por causa do meu trabalho e da minha competência que o governador me convocou para ser secretário de Cidadania e coordenar o maior programa de inclusão social de todo o Brasil: as Usinas da Paz", responde Normando. "Respeito muito o campo progressista, mas compreendo que Belém precisa respirar um novo tempo. Infelizmente, o prefeito atual não tem correspondido aos anseios da sociedade. Nosso objetivo agora é oferecer uma alternativa e que, ao fim das eleições, possamos ter um diálogo muito aberto com o governo federal e o presidente Lula, para que a gente possa trazer mais benefícios para a nossa cidade e fazer Belém crescer no mesmo ritmo do Pará."

Mauro, por sua vez, faz do negacionismo um modo de vida. Na Câmara, votou e continua a votar contra qualquer projeto de defesa do meio ambiente. Sua agenda inclui o estímulo ao garimpo na Amazônia, a regulamentação de atividades econômicas em terras indígenas, a ampliação da posse de armas no campo, a flexibilização do licenciamento ambiental e a liberação de agrotóxicos. É autor de dois nefastos projetos de lei nessa linha. Um franqueia a órgãos municipais o poder de emitir o licenciamento ambiental de lavras de pequeno porte. O outro autoriza o garimpo em reservas extrativistas. Em julho, a respeito da conferência da ONU na cidade, respondeu: "Não estou nem um pouco preocupado com a questão". O desdém pegou mal, até por causa do volume de investimentos destinados ao município para sediar o evento. Desde então, o delegado passou a negar o epíteto de inimigo do ambiente e tenta se apresentar como o "prefeito da COP". O candidato não atendeu aos pedidos de entrevista.

Rodrigues e Normando disputam uma vaga no segundo turno contra o candidato bolsonarista

"A gente tem muita confiança no trabalho feito pelo Edmilson. Nossa estratégia é mostrar que nem o bolsonarismo é a saída, muito menos o Igor Normando, representação da velha política", dispara Coradi. "O Edmilson tem chance ainda, porque começou a inaugurar obras e pode reverter esse quadro de desgaste. Agora que começou a campanha de rua, vai ter a propaganda na televisão, acho que ainda tem alguma margem de crescimento", avalia Souza. "Mas o governador é um personagem importante na política paraense, teve a maior votação proporcional em 2022, ganhou no primeiro turno e tem um capital político robusto em razão da COP, o que representa uma força grande na campanha do primo. As projeções são de crescimento da candidatura de Normando", acrescenta o cientista político. "Quanto a Mauro, acho que ele chegou no limite da projeção de votos, mas deve ir para o segundo turno. Quem for com ele tem, no entanto, grande chance de ser o vencedor, porque ele não agrega mais votos." Em um eventual segundo turno entre Mauro e Rodrigues, indica a AtlasIntel, o bolsonarista teria 43% e o prefeito 38,1%. Se a disputa fosse entre Mauro e Normando, o emedebista venceria com 49,8%, contra 38,1% do deputado negacionista. •

REDES SOCIAIS

Embate. Normando é primo do governador Hélder Barbalho. Rodrigues tenta a reeleição em um cenário difícil

Nova chance. Atualmente, há cerca de 3 mil detentos cursando o ensino superior ou técnico-profissionalizante no Brasil

LUCAS SILVA/SEAP/GOVERNO DO AMAZONAS

Corrida de obstáculos

RESSOCIALIZAÇÃO Ativistas articulam lançamento de plataforma para facilitar a recolocação profissional de presos

POR MARIANA SERAFINI

Iracema Pereira de Oliveira cresceu em uma comunidade acuada pela violência da guerra às drogas. Toda a família estava envolvida "com a vida ilícita". Aos 7 anos, perdeu a mãe. Na adolescência, o pai. Pouco depois, um irmão morreu em confronto com a polícia e outro foi assassinado por traficantes rivais. Ela e a irmã mais nova cresceram "jogadas de casa em casa", perambulando entre os lares de amigos e do que restou da sua família na Rocinha, a maior favela do País, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Seguir o caminho dos pais foi natural: "Quando vi, já estava nessa vida de crime". Aos 25 anos, Iracema foi presa por tráfico de drogas. Passou seis anos em regime fechado e, durante esse período, teve a oportunidade de voltar a estudar e terminar o Ensino Médio. "Um novo mundo se abriu. Ia bem nas aulas, tirava boas notas. Isso me deu vontade de tentar outra vida."

Auxiliada por uma agência de empregos que faz a ponte entre pessoas presas e empresas, começou a trabalhar quando passou para o regime semiaberto. Mesmo sem vínculo empregatício nem acesso a direitos trabalhistas, agarrou a oportunidade. Nesse meio-tempo, conheceu a ONG Nova Rota, que oferece bolsas de estudo para pessoas egressas cursarem o ensino superior. Mais uma vez, foi bem nas provas, avançou no processo seletivo e ganhou uma bolsa para estudar Psicologia na Universidade Estácio de Sá. "Nunca me imaginei na faculdade. Sou a primeira pessoa da família, isso é motivo de muito orgulho", conta chorando. "As lágrimas são de gratidão, porque lá é o meu mundo encantado, meus pensamentos se ampliaram, minha vida mudou em todas as áreas, e hoje sei que sou um exemplo bom para meus filhos seguirem."

Durante esses oito anos que está em liberdade, muitas vezes foi assediada pelo crime organizado com propostas seduto-

ras de "trabalho fácil e lucro imediato". Mesmo nos momentos de maior dificuldade financeira, recusou as ofertas e manteve-se firme nos estudos. Aos 41 anos, ela faz planos para o futuro: começou a procurar estágio em Psicologia e está ansiosa para começar a atuar na área. "Faço a diferença na vida dos meus filhos, da minha irmã. Sei que vou fazer a diferença também na vida dos meus futuros pacientes", afirma a estudante do sexto período.

Iracema é um dos 22 bolsistas do Nova Rota, projeto criado em 2019 por ex-alunos da Faculdade de Direito da USP, que oferece bolsas de estudo, mentoria e apoio multidisciplinar a pessoas egressas do sistema prisional. "Acreditamos na educação como ferramenta para otimizar potencialidades individuais e, consequentemente, o processo de reintegração social", afirma a coordenadora do projeto, Katherine de Almeida Martins.

A Nova Rota é uma das organizações que estarão presentes em um encontro mundial de estudantes universitários egressos do sistema prisional no Museu do Futebol, em São Paulo, em 31 de agosto. Na ocasião, será lançada a Rede Global de Acadêmicos da Liberdade, uma espécie de LinkedIn para facilitar a recolocação profissional de presos. À frente dessa iniciativa está a Incarceration Nations Network (INN), ONG de Nova York presidida pela doutora Baz Dreisinger, professora do John Jay College of Criminal Justice da City University of New York e autora do premiado livro *Incarceration Nations: A Journey to Justice in Prisons Around the World*. Iracema está ansiosa para conhecer a plataforma no evento: "A maior dificuldade é encontrar empregadores dispostos a oferecer uma oportunidade".

Com mais de 800 mil pessoas encarceradas, o Brasil ocupa o terceiro lugar no *ranking* mundial, atrás apenas de China e EUA. Segundo Martins, quatro de cada dez detentos têm menos de 29 anos de idade, e pouco mais de 10% dessa população completou o Ensino Médio. Voltar a estudar durante o cumprimento da pena, além de possibilitar novos caminhos, contribui para a remissão penal. A Lei de Execuções Penais prevê que a aprovação em exames como o Encceja e o Enem, além da dedicação à leitura, serve para abater o tempo de privação de liberdade.

A iniciativa será anunciada em um encontro mundial de universitários egressos do sistema penitenciário na capital paulista

Foi com esse objetivo que Patrícia Vergílio, de 42 anos, leu centenas de livros durante os cinco anos em que esteve presa. Devorou a obra de Zíbia Gasparetto e aprofundou-se em literatura espírita porque trazia conforto e "fazia o tempo passar mais rápido". Quando saiu da prisão, em 2020, fez um curso técnico de Administração de Empresas. Teve dificuldade para se adaptar à sala de aula e sofreu preconceito dos colegas por ter sido presa. Pela internet, conheceu o Nova Rota, onde trabalha há três anos. Há poucas semanas, começou o curso de Serviço Social no Centro Universitário Braz Cubas, em Mogi das Cruzes, no interior de São Paulo. "Tenho muito orgulho de chegar aonde cheguei. Quando visito as amigas da cadeia, elas dizem que querem ser como eu."

De acordo com um relatório produzido pelo Departamento Penitenciário Nacional em 2022, em parceria com pesquisadores da UFPE, 33,5% dos indivíduos que deixam as cadeias por decisão judicial, progressão de regime ou fuga reincidem em práticas criminosas em até cinco anos.

Exemplos. Iracema estuda Psicologia, Patrícia é aluna de Serviço Social, Anderson está no 5º semestre de Direito e Éder cursa Engenharia de *Software*

ARQUIVO PESSOAL E ONG NOVA ROTA

Para Sofia Fromer, coordenadora do Justa, centro de pesquisa que atua no campo da economia política da Justiça, gasta-se muito para prender no Brasil, e quase nada para a reinserção social dos apenados. Em média, para cada real investido em ações para a ressocialização dos presos, os governos estaduais gastam 1.050 reais com o sistema carcerário e 4.389 reais com policiamento ostensivo nas ruas, revela um levantamento feito pela organização, com dados coletados em 16 estados.

Dentro do cárcere, uma minoria tem oportunidade de estudar (21%) ou trabalhar (24%), revela o estudo. Fazer as duas coisas simultaneamente, estudar e trabalhar, é um "privilégio" de 4,6% dos apenados. "É um sistema prisional que não oferece possibilidades para essas pessoas voltarem à sociedade com um novo ofício para refazer a vida", lamenta Fromer. Para a especialista, a única forma de romper o ciclo de violência seria o Estado inverter a ordem de investimentos. Atualmente, há 3 mil detentos cursando ensino superior ou técnico-profissionalizante no Brasil, revela um levantamento da Nova Rota, com base em dados do censo penitenciário. Entre os que já conquistaram o diploma, nenhum deles retornou à prisão.

Filho de uma policial militar e um dependente químico, Eder Viana, de 36 anos, caiu cedo na vida do crime e sem demora foi preso. Nos cinco anos em regime fechado, leu muito e ajudou na manutenção da biblioteca da penitenciária. "Queria que meus filhos tivessem orgulho de mim, e no crime, por mais dinheiro que se tenha, a admiração não é verdadeira." Com o Nova Rota, obteve a bolsa para cursar Engenharia de *Software* na Estácio. Atualmente, trabalha como pintor predial e busca estágio na área de formação. "Está difícil, não falo inglês, mas estou me preparando."

Com quatro passagens pelo sistema socioeducativo, Anderson Carvalho virou a página do passado criminoso e hoje trabalha com jovens internos da Fundação Casa, para que eles também tenham chances para reconstruir suas vidas. "Quando vi que tinha uma rede de apoio, gente que confiava em mim, percebi que era possível acessar outros espaços." Constituiu família e orgulha-se de ter conseguido comprar uma casa para a mãe "na comunidade" e outra para ele, a esposa e os cinco filhos. Hoje, aos 28 anos, cursa o 5º semestre de Direito na Unip, em São Paulo, e trabalha no Instituto Papel de Menino. "A gente tenta virar a chave na cabeça desses jovens. Oferecer oportunidades e criar vínculos é o melhor caminho."

Pesquisadora associada do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Roberta Fernandes dedica-se aos estudos em reincidência criminal e há pouco tempo descobriu um dado inesperado ao coletar informações de jovens internados na Fundação Casa: "Quanto menor o índice de escolaridade, menor a reincidência". Achou estranho, debateu o resultado com pesquisadores de outros países, que confirmaram resultados parecidos. Segundo ela, jovens que nunca tiveram acesso à educação quando estavam em liberdade costumavam agarrar a oportunidade quando isso era oferecido no sistema socioeducativo. Isso possibilita a ressocialização e evita a reincidência. Nas penitenciárias, acrescenta, os trabalhos oferecidos aos apenados pouco contribuem para a busca de emprego em liberdade. "Costurar bolas ou fazer artesanato não garante o sustento das suas famílias depois. Claramente, não é uma prioridade do Estado de criar reais oportunidades." •

Incentivo à inovação

FINANCIAMENTO As agências de fomento estatais são uma opção acessível para quem quer tirar uma ideia do papel

POR ALLAN RAVAGNANI

Na serrana Garibaldi, interior do Rio Grande do Sul, o produtor Valdecir Ferrari começou a pesquisar, ainda nos anos 1990, a utilização do bagaço de uva e outros resíduos como adubo. Com recursos próprios, fundou a Beifiur, empresa de produção de mudas e compostos orgânicos, e avançou nas pesquisas com compostagem e adubo sólido. Diante dos resultados muito superiores aos fertilizantes químicos, entrou em contato com a Universidade de Passo Fundo para estudar a biota desses compostos naturais. "Com os estudos, conseguimos em 2014 um financiamento de 450 mil reais da Finep para ampliar as pesquisas sobre fungos. Em 2018, conseguimos outro fomento e expandimos a pesquisa para bactérias, e, em 2022, um financiamento via Banrisul, que saiu em 2023, permitiu ampliar o desenvolvimento de produtos biológicos a partir do resíduo do bagaço da uva. Alimentando os microrganismos com esse resíduo e quelatizando os micronutrientes, aumentamos sua eficiência e tornamos o sistema muito mais sustentável", descreve Ferrari.

Em 2022, a Beifiur, "belas flores" no dialeto lombardo, obteve 1,01 milhão de reais em financiamento via Banrisul para seu projeto, que eliminou a necessidade de fertilizantes químicos na região e melhorou a qualidade de vida de toda a comunidade. "O projeto continua, conseguimos aprovar novas iniciativas com a Finep e estamos acelerando pesquisas e desenvolvendo novos produtos, focados na sustentabilidade."

Um país que se deseja inovador precisa de um sistema de fomento robusto e alinhado às tendências e necessidades de sua população. A crise da Covid-19 destacou ainda mais o papel da inovação e da agenda ESG (Ambiental, Social e Governança, na sigla em inglês), consolidando sua importância no mundo pós-pandêmico. No Brasil, a Associação Brasileira de Desenvolvimento reúne o ecossistema de fomento, que inclui bancos públicos, agências e cooperativas, que ofertam crédito a projetos inovadores. Atualmente, o sistema ABDE é responsável por 90% dos recursos destinados ao setor público, e seus associados representam 45,5% do sistema de crédito do País, em um total ao redor de 2,5 trilhões de reais. Só a carteira para inovação ultrapassa a marca de 30 bilhões de reais.

> No ano passado, a Finep liberou 8 bilhões de reais para projetos inovadores

O ex-ministro da Ciência e Tecnologia Celso Pansera, atual presidente da ABDE e da Finep, empresa pública financiadora de estudos e projetos, afirmou estar surpreso com a alta demanda por recursos à inovação. "No ano passado, recebemos 12 bilhões de reais em pedidos de financiamento, dos quais aprovamos 8 bilhões. Isso gerou muitos empregos no ecossistema científico e melhorou a vida de diversas comunidades, com juros de 2% a 4% ao ano, muito abaixo dos bancos comerciais." As micro, pequenas e médias empresas são as principais responsáveis pela geração de emprego e renda no Brasil. No Sistema Nacional de Fomento (SNF), 26% dos recursos são destinados ao segmento, com objetivo de alavancar a produtividade e apoiar projetos e iniciativas que fomentem a competitividade e a sustentabilidade.

Em Teresina, capital do Piauí, o doutor em Ciência da Computação Dario Brito Calçada obteve recursos da Finep e do Badespi, agência de fomento estadual, para ampliar sua empresa de tecnologia médica. Os 500 mil reais permitiram à Higia Health Technology desenvolver uma ferramenta completa de gestão de serviços radiológicos baseada em Inteligência Artificial. O sistema otimizou processos, aumentou a produtividade e reduziu custos em instituições de saúde, especialmente na rede pública da região. Os impactos gerados pelo projeto foram

significativos, com redução de custos e maior agilidade na entrega de laudos médicos. Em algumas áreas do estado, o tempo médio de entrega de laudos foi reduzido de 90 dias para cinco minutos. Atualmente, a Higia desenvolve e exporta tecnologia de alto nível e oferece soluções na área da saúde em todo o País.

A Ceferon (Cafeicultores Associados da Região das Matas de Rondônia) recebeu um crédito via Sicoob para o cultivo de café, realizado majoritariamente por agricultores familiares em pequenas propriedades rurais. Em Rondônia, 77% das lavouras têm menos de cinco hectares. O valor da operação foi de 200 milhões de reais, distribuídos entre 4 mil produtores, com uma média de 50 mil por agricultor. Entre os ganhos, houve redução da área de cultivo de 345 mil hectares para 65 mil hectares, com aumento da produção de 2 milhões para mais de 3 milhões de sacas. Além disso, o projeto aumentou a retenção das famílias no campo e agregou renda. A produção dos cafés robusta amazônicos finos demonstrou como a cooperação e o investimento em tecnologias sustentáveis transformam a agricultura e preservam a floresta. O projeto aumentou o valor do produto, por meio de tecnologia sustentável voltada para a produção de cafés especiais, com ênfase em pesquisas sobre materiais genéticos híbridos resistentes a pragas e doenças, mais produtivos e com características sensoriais únicas, o que garantiu a padronização da produção para atender aos mais altos padrões de qualidade.

Esses três casos, entre muitos outros, mostram a importância de se ter um sistema de fomento atento às necessidades de seus empreendedores. E aqui cabe perfeitamente uma ideia do economista britânico John Maynard Keynes, em seu livro *The End of Laissez-Faire*, de 1926: "O importante para o governo não é fazer as coisas que os indivíduos já estão fazendo, mas fazer aquelas coisas que, no momento, não estão sendo feitas de forma alguma".

Canais. A Beifiur, produtora de adubo a partir de bagaço de uva, soube acessar as linhas públicas. Pansera se anima com a demanda

REDES SOCIAIS/BEIFIUR E PREFEITURA DE MARICÁ

Palavras no deserto

GAZA Os EUA voltam a pressionar, mas Netanyahu impõe novas condições e trava as negociações por um cessar-fogo

POR SERGIO LIRIO

Só os ingênuos acreditaram que desta vez seria diferente. Pela nona vez em dez meses, Antony Blinken, secretário de Estado norte-americano, realizou um *tour* pelo Oriente Médio para negociar o cessar-fogo na Faixa de Gaza. E, como sempre, voltou para casa de mãos abanando, depois de ameaças vãs e frases de efeito para acalmar certas consciências em Washington. Blinken aterrissou em Tel-Aviv no domingo 18, reuniu-se com o presidente, Isaac Herzog, e o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu. Na terça-feira 20, dirigiu-se ao Egito, deu alguns telefonemas e concluiu o périplo no Catar. Nesse meio-tempo, ataques israelenses a uma escola e a um mercado popular acrescentaram outras 52 vítimas aos mais de 40 mil mortos desde o início da operação militar no enclave palestino. Na mesma terça da despedida de Blinken, o exército israelita anunciou a recuperação dos corpos de seis reféns em poder do Hamas. Segundo o jornal *Yedioth Ahronoth*, os sequestrados provavelmente foram envenenados pelo vazamento de gás em um túnel em Khan Younis durante uma ação de soldados de seu próprio país.

O secretário norte-americano ainda teve de responder à costumeira petulância de Netanyahu. Em uma reunião com familiares de reféns, o *premier* israelense afirmou ter "convencido" Blinken a apoiar a permanência de tropas na Faixa de Gaza. A retirada completa da região é uma das exigências do Hamas para aceitar o cessar-fogo. Em conversas com jornalistas, uma fonte anônima da comitiva dos Estados Unidos respondeu: "Declarações maximalistas como essa não são construtivas e, certamente, colocam em risco a capacidade de implementar negociações niveladas, de trabalho e técnicas para poder avançar quando ambas as partes concordarem com uma proposta de transição". Ao lado do presidente egípcio, Abdel Fattah al-Sisi, Blinken foi enfático. "Os EUA", afirmou, "não aceitam nenhuma ocupação de longo prazo por Israel. Mais especificamente, o acordo é muito claro sobre o cronograma e os locais das retiradas das forças de defesa de Gaza, e Israel concordou com isso. Então, isso é tudo que eu sei. É sobre isso que estou muito claro." E encerrou com uma frase retórica: "O tempo é essencial".

> **Enquanto Blinken passeava pelo Oriente Médio, Israel ampliava o número de vítimas palestinas**

O Hamas acusa Washington de participar de um teatro para alongar a ocupação israelense e rejeita as novas exigências de Netanyahu. Inicialmente, o plano estabelece uma trégua de seis semanas, período em que haveria uma troca de reféns israelenses por prisioneiros palestinos. Em seguida, corpos e soldados seriam devolvidos pelos dois lados, as forças invasoras começariam a deixar o terreno e os civis seriam autorizados a voltar para casa. Os partidos de extrema-direita da base de apoio de Netanyahu ameaçam abandonar o primeiro-ministro à própria sorte, caso considerem "elevado" o número de prisioneiros libertados. Além disso, Tel-Aviv não parece disposta a devolver o território aos verdadeiros donos. Nem no curto, nem no médio, nem no longo prazo. Israel, sob o pretexto de inibir a circulação de armas e impedir a reorganização do Hamas, insiste em manter por tempo indeterminado o controle sobre a passagem para Rafah e ao menos dois corredores no enclave, o Filadélfia, na fronteira com o Egito, e o Netzarim, faixa de 7 quilômetros que divide o norte e o sul de Gaza.

Neste momento, parece mais provável o conflito alastrar-se pelo Oriente Médio do que as negociações de um cessar-fogo alcançarem um bom termo. Os Estados Unidos despacharam um porta-aviões para o Golfo e anunciaram um novo pacote de apoio financeiro a Tel-Aviv com o intuito de desestimular uma resposta do Irã ao assassinato em Teerã de Ismail Haniyeh, líder do Hamas, e a mobilização do Hezbollah no Líbano. Na terça-feira 20, Alimohammad Naini, porta-voz da Guarda Revolucionária Islâmica, decla-

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 42

EUA. Walz, vice de Harris, é a aposta democrata para ganhar votos na América rural

Vítimas e algozes. A morte é a única certeza em Gaza, dizem as Nações Unidas. Antony Blinken deixou-se, outra vez, ser levado na conversa por Benjamin Netanyahu

EYAD BABA/AFP E CHUCK KENNEDY/DEPARTAMENTO DE ESTADO/EUA

rou que os aiatolás não têm pressa na retaliação, mas ela virá, mais dia, menos dia. "O tempo está a nosso favor e o período de espera pode ser longo." A Blinken, Al-Sisi expôs seus temores em relação às consequências "imprevisíveis" de uma guerra regional em múltiplas frentes de batalha e disse que uma eventual trégua é só um primeiro passo. "O cessar-fogo em Gaza deve ser o início de um reconhecimento internacional mais amplo do Estado palestino e da implementação da solução de dois Estados, pois esta é a garantia básica da estabilidade."

Sem voz e sem poder político, resta aos civis palestinos e aos familiares dos reféns israelenses a dor, a angústia e a revolta. Em uma declaração conjunta, um grupo de famílias israelitas atribui a Netanyahu a responsabilidade "direta e total" pelo fracasso do acordo. "As tentativas incessantes de criticar as equipes de negociação, de culpar os mediadores, os meios de comunicação, os familiares e os próprios sequestrados, tudo isto atira areia nos olhos", diz o comunicado. A recusa, prossegue o texto, favorece os interesses particulares do primeiro-ministro, mas "mata os reféns e reduz a possibilidade de devolução dos vivos".

Segundo Louise Wateridge, porta-voz da UNRWA, agência das Nações Unidas para os refugiados palestinos, a morte é a "única certeza" no cotidiano dos 2,4 milhões de civis retidos na Faixa de Gaza. "Nenhum lugar é seguro, absolutamente nenhum. É devastador. Enfrentamos desafios sem precedentes quando se trata da disseminação de doenças, quando se trata de higiene. Até mesmo uma escola não é mais um lugar seguro. Agora, parece que você nunca está a mais do que alguns quarteirões da linha de frente."

Também estas são palavras ao vento, perdidas no deserto, sufocadas pelo barulho das bombas e das rajadas de metralhadoras. •

A promotora e o caipira

The Observer Os democratas apostam em Tim Walz para superar as resistências a Kamala Harris na América profunda

POR LAUREN GAMBINO

"Embaixador". Walz, branco, nascido em Nebraska, sem papas na língua, irá ciceronear Harris nos rincões que dão folgada vantagem a Trump

Quando Kamala Harris e o governador de Minnesota, Tim Walz, subiram ao palco juntos pela primeira vez, o Liacouras Center, na Filadélfia, brilhava em vermelho, branco e azul, enquanto *Freedom*, de Beyoncé, tocava alto e a multidão vibrava. Walz, que havia sido arrancado da relativa obscuridade horas antes, ao aceitar o convite para entrar na chapa presidencial democrata, pousou a mão sobre o coração, quase perplexo com a recepção. Ele acenou. Fez uma reverência. Apontou para a multidão e para Harris. Sorriu, riu e fez mais uma reverência. Quando chegou sua vez de falar, Walz virou-se para Harris: "Obrigado, senhora vice-presidente, pela confiança que deposita em mim, mas, talvez mais ainda, obrigado por trazer de volta a alegria".

Foi um momento marcante em um ciclo eleitoral impensável algumas semanas atrás, quando o Partido Democrata parecia conformado com a perspectiva de uma segunda e ainda mais devastadora derrota para Donald Trump em novembro próximo. Mas então Joe Biden abandonou sua tentativa de reeleição e os democratas, com rapidez e decisão incomuns, abraçaram a vice como porta-estandarte. A ascensão de Harris e a escolha de Walz como parceiro, aplaudida por democratas de todo o espectro ideológico, transformaram o partido. "De repente, a eleição parecia nos escapar e agora estamos em seu comando", disse o estrategista democrata Simon Rosenberg, autor sempre otimista das *Hopium Chronicles*, no *site* Substack. "De todas as maneiras imagináveis, prefiro muito mais ser nós do que eles."

A estreia na Filadélfia foi a primeira escala de uma turnê de vários dias por estados decisivos como Pensilvânia, Wisconsin, Michigan, Arizona e Nevada, projetada para apresentar o "Treinador Walz" e animar os estadunidenses para a corrida de três meses até a eleição. Ao longo do caminho, Harris e Walz se apresentaram como "guerreiros felizes". Ao contrário da campanha de Biden, que havia enquadrado a disputa como uma escolha existencial entre um presidente que defenderia a democracia e um ex-presidente que a destruiria, Harris buscou apresentar a corrida como uma opção entre sua visão de um "futuro mais brilhante" e a "agenda retrógrada" de Trump. Nos comícios, os presentes entoam o grito de guerra da campanha: "Não vamos recuar". "Queremos viver num país de liberdade, de compaixão, de Estado de direito?", perguntou Harris na cidade rural de Eau Claire, em Wisconsin. "Ou num país de caos, medo e ódio?" Mais tarde, a governadora de Michigan, Gretchen Whitmer, apresentou Harris para milhares de eleitores num aeroporto nos arredores de Detroit: "Precisamos de uma mulher forte na Casa Branca. Está mais que na hora".

Em um salão do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Automobilística, seu presidente, Shawn Fain, disse que os norte-americanos enfrentam um momento "de que lado você está?", e ele está do lado da "mulher durona que ficou conosco na linha de piquete". Em um comício perto de Phoenix, no Arizona, Harris atraiu sua maior multidão até então, mais de 15 mil, conforme estimativa da campanha. Antes dela, John Giles, o prefeito republicano de Mesa, pediu aos colegas republicanos e independentes para que "por favor, juntem-se a mim para colocar o país acima dos partidos e conter Donald Trump". O *tour* de apresentação terminou em uma arena em Las Vegas, onde milhares enfrentaram o calor intenso para ver os candidatos democratas. Lá, Harris maravilhou-se com a ascensão de sua nova chapa: uma filha de imigrantes criada por uma mãe solo na Califórnia e um "filho das planícies de Nebraska" que cresceu numa fazenda. "Só nos Estados Unidos é possível que os dois concorram juntos para a Casa Branca."

A campanha arrecadou 36 milhões de dólares 24 horas após o anúncio do vice

Pesquisas recentes refletem uma reviravolta impressionante da chapa democrata, agora travada numa batalha altamente competitiva. A campanha de Harris recuperou o terreno perdido entre os eleitores mais jovens e muitos daqueles desanimados com Biden, de 81 anos. Também reduziu significativamente, e em várias novas pesquisas ultrapassou, a liderança de Trump nos estados-chave que os democratas precisam conquistar. O Cook Political Report, uma pesquisa apartidária, ajustou sua perspectiva para Arizona, Geórgia e Nevada, estados que pareciam escapar dos democratas, de "inclinado para os republicanos" para "indeciso".

Harris conquistou 36 milhões de dólares nas primeiras 24 horas após nomear Walz como companheiro de chapa, somando-se à sua arrecadação recorde nas últimas três semanas, desde a desistência de Biden. O aumento dos fundos arrecadados foi acompanhado pelas inscrições de voluntários, enquanto democratas, organizadores e ativistas relatam aumentos igualmente drásticos em doações e apoio. Nas redes sociais, os jovens compartilharam sua empolgação pela nova chapa democrata com *memes* e piadas.

Enquanto Harris e Walz cruzam o

KAMIL KRZACZYNSKI/AFP

país, também correm contra os esforços dos republicanos para rotular o candidato a vice como um "radical de extrema-esquerda". Nessa versão, a *persona* folclórica de Walz esconde um histórico de governo liberal que os democratas veem como um modelo para o país. Muitos democratas acreditam, no entanto, que Walz, ex-professor de Estudos Sociais e treinador de futebol americano no ensino médio, nascido em Nebraska, finalmente seja um embaixador confiável na América rural, onde os eleitores brancos que ajudaram a eleger Barack Obama abandonaram o partido em favor de Trump. "Os eleitores rurais entraram no *chat*", disse Jane Kleeb, presidente do partido em Nebraska, que apoiou a escolha de Walz. "Esta nova chapa realmente expande o mapa para os democratas além dos estados indecisos e das costas Leste e Oeste."

Nebraska, a rigor, não é considerado um estado indeciso no sentido tradicional e não faz parte da turnê de estados "campos de batalha" dos democratas. Entretanto, por uma peculiaridade do processo eleitoral, um só voto do colégio eleitoral do segundo distrito congressional do estado pode ser decisivo numa disputa acirrada. Kleeb espera uma visita após a convenção democrata no fim deste mês. Segundo ela, Walz não se enquadra perfeitamente numa caixa política, mas que personifica o espírito de bairro do Centro-Oeste e, para usar a frase do governador, de cuidar da própria vida. "Em Minnesota, respeitamos as escolhas pessoais do nosso vizinho", disse Walz em Wisconsin. "Não gosta de um livro? Não o leia."

Para os republicanos, a "lua de mel" de Harris com o eleitorado será curta

Os republicanos estão profundamente céticos em relação aos efeitos do estilo interiorano de Walz sobre os eleitores rurais. "Não há nenhuma maneira no mundo, apesar da suposta afinidade de Walz com os eleitores brancos operários, de que ele vá atraí-los", disse Whit Ayres, consultor político republicano e pesquisador. "Eles são 'trumpies'."

Enquanto os democratas abraçaram Walz com entusiasmo, os republicanos também comemoraram, convencidos de que Harris cometeu um grave erro tático ao ignorar Josh Shapiro, o popular governador do estado indeciso da Pensilvânia. "Ela tinha uma escolha certa e óbvia se quisesse derrotar Donald Trump, mas foi na direção oposta", conjectura Ayres. "Poderia ter jogado um osso para os eleitores republicanos céticos de Trump e pró-Nikki Haley, mas se recusou a fazer isso."

Amanda Stewart Sprowls, antiga eleitora republicana de Tempe, no Arizona, que apoiou Haley nas primárias e não votará em Trump em novembro, esperava que Harris escolhesse Shapiro. Com Walz na chapa, ela não tem certeza do que fará em novembro. "Seus eleitores mais informados nos subúrbios estão um pouco chocados e decepcionados."

Walz foi forçado a abordar o escrutínio sobre como ele apresentou seu serviço militar, enquanto Harris sofre pressão para permitir um questionamento mais extenso de seu histórico e sua agenda. Dois eventos foram interrompidos por ativistas que protestaram contra a forma como Biden lidou com o conflito Israel-Gaza. Em Detroit, Harris afirmou o direito de protestarem, mas quando os gritos não pararam, respondeu secamente: "Se vocês querem que Donald Trump vença, digam isso. Caso contrário, eu falo". Em Phoenix, ela tentou uma abordagem diferente: "Fui clara: está na hora de fechar um acordo de cessar-fogo e levar os reféns para casa". Em Michigan, encontrou-se brevemente com os líderes da campanha "não comprometida", movimento antiguerra que pode ser influente no estado, que disseram numa declaração posterior que "viram esperança" na disposição da vice a abrir um diálogo com eles.

De seu *resort* em Mar-a-Lago, Donald Trump tentou atrair a atenção nacional

No escuro. Trump ainda não sabe como lidar com a candidata democrata

À espera. Os eleitores pró-Palestina cobram de Harris uma condenação clara do massacre em Gaza

JIM VONDRUSKA/AFP E NATALIE BEHRING/AFP

que lhe escapou desde a escolha da vice--presidente, fenômeno que o principal pesquisador de Trump chamou de "Lua de Mel de Harris" e previu vida curta. Em uma coletiva de imprensa desconexa que durou uma hora, Trump atacou sua nova rival, chamando Harris de "pouco competente" em meio a uma ladainha de alegações absurdas e falsidades descaradas. O ex-presidente também descartou perguntas sobre sua marca relativamente leve na campanha como "idiota".

Houve, porém, um acontecimento potencialmente significativo: Trump comprometeu-se a participar de um debate presidencial com Harris em 10 de setembro. Em uma breve conversa com repórteres, Harris confirmou sua participação no debate da ABC e disse que ficará "feliz" em discutir outras questões levantadas por Trump.

Enquanto isso, o companheiro de chapa de Trump, o senador de Ohio J.D. Vance, foi despachado para acompanhar a turnê Harris-Walz com uma série de eventos concorrentes perto das escalas deles. Os candidatos quase se cruzaram quando o avião do senador pousou na mesma pista em Wisconsin que o Air Force 2. Vance, ladeado por funcionários e assessores, aproximou-se do avião de Harris momentos depois que ela saiu com sua comitiva. "Eu só queria dar uma olhada no meu futuro avião", disse a um grupo de repórteres reunidos. Também provocou Harris por ainda não ter dado uma entrevista coletiva ou se sentado para uma entrevista sem roteiro, enquanto giram perguntas acerca de suas ideias sobre a economia, a fronteira EUA-México e a política externa.

Em breves conversas com a imprensa, Harris disse a repórteres que divulgaria uma plataforma política em breve e agendaria uma entrevista até o fim do mês. Em um evento em Detroit, Vance descartou a ideia de que a empolgação em torno da campanha de Harris teria efeitos eleitorais. "Acho que a maioria em nosso país pode ser despreocupada às vezes, pode gostar de coisas às vezes", afirmou, "e pode ligar a tevê e reconhecer que o que está acontecendo neste país é uma vergonha."

Na reta final para a eleição, os democratas esperam que sua mensagem de ânimo sirva como antídoto para os temas mais sombrios que movem a campanha de Trump. O ex-presidente, que abriu seu primeiro mandato com uma representação sinistra do país como "carnificina americana", ameaçou usar um segundo mandato para buscar "retaliação" a seus inimigos políticos. "Todas as coisas que me deixam louco sobre esses caras e de todas as coisas que eles fazem de errado, a única que não vou perdoar é que eles tentaram roubar a alegria deste país", disse Walz em Detroit. "Mas, sabem de uma coisa? Nossa próxima presidente traz alegria. Ela emana alegria." •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

No próprio eixo

TheObserver A Ucrânia avança em Kursk, os russos se concentram em Pokrovsk

POR DAN SABBAGH, DE SUMY

Duas semanas após a incursão de surpresa na Rússia, a Ucrânia se esforça para encontrar um equilíbrio entre conquistar território além da fronteira em Kursk e perdê-lo no coração da frente oriental no centro de Donetsk. Na sexta-feira 16, o comandante em chefe da Ucrânia, Oleksandr Syrskyi, relatou avanços de cerca de 3 quilômetros por dia em território russo, mas as forças de Moscou ganharam quase 5 quilômetros neste mês, enquanto o Kremlin aposta fortemente na captura do centro de Pokrovsk.

Para muitos ucranianos, as duas lutas estão relacionadas e o resultado final é incerto. Esperava-se que a Rússia transferisse forças significativas do leste para defender Kursk. Mas Hanna Shelest, pesquisadora sênior do Centro de Análise de Política Europeia, disse que, apesar de o ousado ataque ucraniano ter "corrido melhor do que o esperado", na realidade "a Rússia, provavelmente, não moveu forças suficientes do flanco oriental, como se previa".

Na quinta-feira 15, o Instituto para o Estudo da Guerra, um grupo de pensadores dos Estados Unidos, disse acreditar que apenas "elementos selecionados de unidades irregulares russas" estavam a ser realocados para Kursk, e que o Kremlin, provavelmente, seria "extremamente avesso a retirar unidades militares russas envolvidas em combate" perto de um setor prioritário como Pokrovsk. O Ministério das Relações Exteriores da Rússia acusou a Ucrânia de usar foguetes Himars, de fabricação norte-americana, para explodir uma ponte estratégica próxima de Glushkovo, em Kursk, 11 quilômetros ao norte da fronteira internacional, medida que pode levar ao corte de um pedaço do território russo na linha de frente a sudoeste dessa aldeia. Em Pokrovsk, enquanto isso, autoridades intensificaram a evacuação de civis. Serhiy Dobryak, chefe da administração militar da cidade, alertou que as forças russas tinham "quase se aproximado" do local e que o alarme sobre seu futuro estava crescendo.

Até um ano atrás, Pokrovsk era considerada segura o suficiente para servir de base regional, onde jornalistas e trabalhadores humanitários podiam passar a noite. Suas conexões rodoviárias e ferroviárias ligam a cidade central de Dnipro a Kramatorsk e Sloviansk. Na prática, sua captura cortaria em duas a parte da província de Donetsk ainda em poder da Ucrânia. Na sexta-feira à noite, o presidente Volodymyr Zelenskiy também vinculou as batalhas. A incursão em Kursk, explicou, foi para "destruir a logística do exército russo e drenar suas reservas". Syrskyi, acrescentou, o havia informado "sobre os nossos passos defensivos no Donbass", incluindo aqueles em Pokrovsk, "bem como nosso avanço na região de Kursk".

> Zelensky comemora, mas muitos estão céticos quanto aos ganhos práticos da investida

Embora os soldados ucranianos na região de Sumy, no nordeste do país, estejam felizes o suficiente com o sucesso inicial na fronteira em Kursk, não é difícil encontrar céticos da estratégia geral. Um deles é Oleksii, integrante da infantaria que não quis que sua unidade fosse identificada. "Devemos defender o que temos. Atacar Kursk tira bons soldados de Pokrovsk, desvia algumas tropas russas, mas apenas move o problema de um lugar para outro", disse, antes de acrescentar uma formulação caracteristicamente ucraniana: "Minha mãe sempre me disse: mantenha a sua posição".

Há rumores persistentes de que o coronel Emil Ishkulov, popular comandante da 80ª brigada da Ucrânia, agora entre as envolvidas na incursão em Kursk, foi removido de seu posto no fim de julho por ter se oposto à incursão na Rússia, incerto se sua unidade tinha força para essa tarefa. Na época, soldados da unidade fizeram um apelo público malsucedido para a sua reintegração.

A Estônia, cujas autoridades de inteligência são alguns dos melhores analistas das intenções russas, disse na sexta-feira 16 não haver sinais de que Moscou tivesse forças suficientes para um contra-ataque em Kursk, e que sua resposta ainda estava mal coordenada – refletindo, talvez, uma priorização do Donbass. "Ainda não há indícios de que as forças armadas russas tenham contingentes e áreas suficientes para aplicar ações tão significativas num contra-ataque", afir-

Cobertor curto. Zelensky desguarneceu o *front* a oeste para viabilizar a incursão em território russo

PRESIDÊNCIA DA UCRÂNIA E MINISTÉRIO DA DEFESA DA UCRÂNIA/AFP

mou o tenente-coronel Mattias Puusepp, vice-chefe do Estado-Maior das forças de defesa da Estônia. "As ações tomadas são de natureza defensiva, ou seja, estabelecem linhas defensivas, movem unidades."

No sábado 17, entretanto, houve um triste sinal de represália russa. Um míssil balístico explodiu no centro de Sumy, cidade ucraniana mais próxima da incursão transfronteiriça, a primeira vez que a cidade em si foi atingida em quase uma semana. Imagens dramáticas de um incêndio e carros queimados apareceram nas redes sociais e dois civis ficaram feridos, segundo autoridades locais.

Sumy, que tem uma população de cerca de 250 mil habitantes, permaneceu movimentada e animada no calor do verão, embora o barulho das explosões de bombas planadoras russas a distância tenha aumentado recentemente. Seus hospitais têm, porém, se enchido de vítimas da linha de frente, e há uma semana um apelo por doações de sangue foi feito para tratar soldados feridos. Levou uma hora para a necessidade ser atendida.

A cidade também recebeu cerca de 4 mil refugiados das aldeias agrícolas na área em direção à fronteira ao norte, muitas das quais planejam alugar apartamentos. Na zona de fronteira, a 10 quilômetros da divisa, enquanto isso, permanecem apenas um pequeno punhado de civis e pouca infraestrutura funcional. Uma loja com janelas quebradas ainda vendia mantimentos, mas a maioria dos lugares estava fechada com tábuas. Uma agência humanitária, a Global Empowerment Mission, fornece quase 26 mil rações de alimentos por mês visitando aldeias na linha de frente, toda semana, para distribuir para a população que ficou, pois não há suprimentos no mercado.

Alguns ucranianos insistem em permanecer, como Valentyna Mykolaiivna, aposentada de Yunakivka, que diz que não estaria disposta a se mudar e viver com uma de suas três filhas: "Estou muito velha, não posso recomeçar. Não quero deixar o que tenho". Mykolaiivna mostrou sua casa. É muita coisa para abrir mão: uma firme construção de alvenaria, um ganso e galinhas no quintal, milho verde, beterraba, maçãs e mais hortaliças num campo nos fundos, onde há cabras amarradas. Tem sido muito perigoso ir à igreja, diz, mas é calmo quando a visitamos.

O risco para ela é real, embora a mulher de 62 anos seja enfática ao dizer que os militares da Ucrânia fizeram a coisa certa. "É uma boa ideia, eles os empurraram para trás. Deixe-os ficar onde estão. Por que eles querem vir para cá? Não têm terra suficiente?" Mais tarde ela se abaixa e, da terra ucraniana, apanha uma grande melancia e nos oferece como presente. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Um legado instável

MEMÓRIA A morte de Silvio Santos se coloca como um desafio para o futuro do SBT, emissora feita à imagem de seu fundador

POR DANIEL CASTRO

Passada a semana de homenagens a Silvio Santos, morto aos 93 anos, uma das questões que se colocam no setor midiático é: o que será do SBT daqui para a frente?

Embora nunca tenha sido a empresa mais lucrativa do Grupo Silvio Santos, o SBT era a queridinha do empresário e apresentador, e a que mais recebia sua atenção. O SBT, por sua vez, emissora onde os principais artistas têm suas vagas no estacionamento marcadas com estrelas, sempre orbitou em torno do astro maior, Silvio Santos.

Mais que "o patrão", Silvio era tratado como um deus. Nada podia ser feito contra a sua vontade e quase tudo carregava, de alguma forma, a sua marca. Tanto que a emissora, no sábado 17, levou 1h30 para interromper a programação habitual e noticiar sua morte.

Supersticioso, ele havia ordenado que não se preparasse seu obituário, como fizeram todas as outras redes e muitos veículos impressos. Apesar de ele ter passado três semanas internado no Hospital Albert Einstein, com um quadro delicado de gripe, o SBT não tinha um material pronto para colocar no ar assim que fosse divulgada a morte de seu criador.

Qual será então o futuro da emissora que sempre se fez à imagem e semelhança de seu fundador e principal talento artístico? Uma certeza se tem: será ainda mais duro que o seu passado. A transição, no entanto, pode-se dizer que está sendo tranquila.

Desde 2022, Silvio Santos já não gravava seus programas nem aparecia na emissora. Ainda dava seus pitacos, mas estava distante do dia a dia. No ano passado, entregou seu maior tesouro para as filhas número 3 (Daniela Beyruti, tornada uma espécie de CEO), 4 (Patrícia Abravanel, herdeira de seu programa) e 6 (Renata, mais ligada em finanças e gestão).

Se Silvio Santos, durante muito tempo, cercou-se de *office-boys* que depois transformou em assessores, suas filhas evangélicas se cercaram de *coachs* e pastores. A tendência é uma renovação gradual no quadro de executivos da emissora, iniciada com Silvio ainda vivo.

Fernando Pelégio, diretor artístico, foi o primeiro a sair, em outubro de 2023, por discordar das ideias de Daniela Beyruti para a programação que estreou neste ano, com talentos importados da internet, como os *youtubers* Virgínia Fonseca e Luccas Neto, e mais do mesmo no conteúdo – desde sempre marcado pela fórmula circo e sensacionalismo.

> **Seu verdadeiro negócio não era a tevê, mas a venda de bugigangas e de ilusões**

Os resultados das mudanças foram inicialmente frustrantes. As duas principais apostas, os diários *Chega Mais*, que mistura receitas, fofocas e notícia, e o policial *Tá no Ar* derrubaram a audiência e o faturamento, algo que a emissora diz estar sendo revertido. Se ainda fosse Silvio Santos o diretor de programação, ambos os programas já teriam mudado de horário e de fórmula um par de vezes.

O SBT sempre foi um brinquedo de Silvio Santos – a ponto de correr, no meio, a piadinha de que a sigla significa, na verdade, Seu Brinquedo de Televisão. O verdadeiro negócio do ex-camelô não era, no fundo, a televisão, mas a venda de bugigangas e ilusões por meio de seu talento como apresentador.

Foi graças a essas "brincadeiras" que a TV aberta brasileira viveu seu auge dos anos 1980 até a primeira metade da década de 2000. Silvio fez a líder Globo se movimentar, oferecendo à audiência produções mais ousadas ou populares, dependendo do momento.

Silvio levou o contra-ataque na programação a extremos, a ponto de colocar na tela um aviso de que o filme só iria começar quando a novela da Globo termi-

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 52

Protagonista. Renata Sorrah encena, no Sesi, uma peça sobre o próprio teatro

Auditório. Em seu auge como apresentador, Silvio chegou a desafiar a hegemonia da Globo, mas sempre teve dificuldades para atrair a publicidade

REDES SOCIAIS/SBT

nasse, ou de estrear um *reality show*, a *Casa dos Artistas*, em 2001, sem que quase ninguém soubesse, porque a fórmula tinha sido copiada de um formato comprado pouco antes pela Globo, o *Big Brother*.

O fato é que nenhuma outra emissora desafiou a hegemonia da Globo como o SBT. E essa talvez tenha sido a maior contribuição de Silvio Santos à televisão brasileira ao longo de seis décadas de produção de entretenimento popular. Poucas vezes a TV de Silvio Santos chegou à liderança, é verdade, mas a ameaça foi constante.

A TV aberta que existia no momento em que Silvio Santos viveu seu auge está, ela mesma, em crise, pressionada pelas novas formas de produção, distribuição e consumo de conteúdo pelas mídias digitais. O conjunto das cinco maiores redes brasileiras tem hoje uma audiência 37% menor do que tinha há 20 anos. O SBT, em particular, encolheu ainda mais que isso; perdeu, em 2008, a vice-liderança para a Record; e sua receita, de pouco mais de 1 bilhão de reais por ano, está em queda.

Essa curva descendente evidencia a contradição embutida na afirmação de que Silvio Santos teria sido um dos maiores empresários do País. Seu SBT, apesar de ter conquistado quase a metade da audiência da Globo, nunca fez sombra à eficiência comercial da rede líder. A TV Globo, sozinha, sempre faturou dez vezes mais que o SBT, que enfrentou um problema crônico de credibilidade junto ao mercado publicitário. A programação popular e as constantes mudanças na grade sempre foram vistas como fatores de risco para os profissionais que definiam o destino das verbas de *marketing*.

Silvio Santos era um empreendedor nato, cujo senso de oportunidade o levou a criar mais de 40 empresas. Algumas delas, como o Baú da Felicidade, fizeram dele um homem rico. Outras foram imensos fiascos, caso do Banco PanAmericano, que quebrou, em 2010, com um rombo de mais de 4 bilhões de reais.

Que suas iniciativas e sua figura marcaram a história da televisão e influenciaram a cultura brasileira não se discute, mas um pouquinho mais de visão crítica teria caído bem ao coro de homenagens. •

**Daniel Castro, jornalista, é fundador do* site *Notícias da TV.*

Um rosto. O papel em *Rocco e Seus Irmãos* (*à esq.*), de Visconti, foi um dos primeiros de sua carreira. Acima, o ator em uma das últimas aparições públicas

O galã que gostava de viver gângsters

MEMÓRIA O ATOR ALAIN DELON, MORTO AOS 88 ANOS, FOI UM DOS GRANDES SÍMBOLOS DO CINEMA FRANCÊS E DA BELEZA MASCULINA

POR ANA PAULA SOUSA

Alain Delon, morto aos 88 anos, no domingo 18, em sua casa, em Douchy-Montcorbon, na França, foi, ao longo de muitos anos, um símbolo forte do cinema francês para o mundo. E foi também um símbolo incontornável do padrão de beleza masculina nos anos 1960 e 1970.

Em um *post* nas redes sociais, o presidente Emmanuel Macron saudou-o como "mais que uma estrela, um monumento francês". Não chega a ser um exagero.

Os dois primeiros papéis a alçá-lo a esse *status* foram interpretados em filmes de 1960: *Rocco e Seus Irmãos*, dirigido pelo italiano Luchino Visconti, no qual vivia um boxeador atormentado, e *O Sol Por Testemunha*, do francês René Clément, em que deu vida a Tom Ripley, o famoso personagem criado pela romancista Patricia Highsmith.

Embora tenha tido uma forte e profunda relação com os realizadores franceses – foi dirigido por Louis Malle, Bertrand Blier e, pós-Nouvelle Vague, Jean-Luc Godard –, foi também sob a batuta de Visconti que se tornou famoso no mercado norte-americano, com *O Leopardo* (1963), filme no qual dividia a cena com o ator Burt Lancaster.

A conquista da América e do mundo ganharia novo impulso poucos anos depois, com *O Samurai* (1967), de Jean-Pierre Melville, no qual vivia Jef Costello, um assassino de aluguel representativo de um tipo de gângster que Delon encarnaria muitas outras vezes, tanto no cinema francês quanto nos filmes rodados no Reino Unido e em Hollywood.

Embora sua beleza caísse como luva nos papéis de galã, o ator dizia não se sentir totalmente à vontade nesse lugar. Ficou famosa sua declaração à revista britânica *Film and Filming*, nos anos 1960, de que, no *set*, preferia lutar a fazer cenas de amor e beijos românticos.

Delon nasceu em 1935, numa família de boa condição financeira, e cresceu com pais separados. Na escola, tinha problemas de disciplina e, na tenra juventude, entrou para a Marinha francesa, da qual acabou expulso. Seu destino seria retorcido ao ser descoberto, em uma passagem aleatória pelo festival de Cannes acompanhando uma amiga, pelo lendário produtor David O. Selznick.

O ator teve vários casamentos e deixou três filhos que, nos anos recentes, apareceram na mídia em razão de uma batalha jurídica em torno de seu tratamento após a deterioração de sua saúde.

Os últimos filmes de que participou, em 2012 e 2019, foram comédias nunca lançadas no Brasil, nas quais vivia a si mesmo. •

Um filme infantil para... crianças

CINEMA. *HAROLD E O LÁPIS MÁGICO*, DE CARLOS SALDANHA, SE BASEIA EM UM CLÁSSICO DA LITERATURA EM LÍNGUA INGLESA

Numa pré-estreia para convidados realizada em São Paulo, com a presença de crianças, Carlos Saldanha disse: "A temática deste filme é um pouco o que eu vivi, que foi desenhar a minha vida". O personagem-título de *Harold e o Lápis Mágico*, em cartaz nos cinemas desde quinta-feira 22, é um menino que pode, com seu lápis roxo, desenhar o que quiser.

O diretor, que morou nos Estados Unidos, onde dirigiu as franquias *A Era do Gelo* e *Rio,* contou ter se encantado com *Harold and The Purple Crayon*, o livro em que o filme se baseia, ao lê-lo para seus filhos.

A obra, de 1955, é um clássico da literatura infantil em língua inglesa. E Saldanha, ao transformar Harold, uma criança pequena, em um homem adulto, com espírito infantil, parece ter se metido numa encrenca.

Críticos do *Guardian* e do *New York Times*, conhecedores do livro de Crockett Johnson (1906-1975), por exemplo, não gostaram nada da adaptação da história original para uma aventura cheia de outros elementos dramáticos.

É que, no filme, Harold (Zachary Levi) e os dois amigos por ele desenhados, Alce (Lil Rel Howery) e Porco-Espinho (Tanya Reynolds), saem do papel, em 2D, e chegam a uma cidade real, em três dimensões, com gente de carne e osso.

A transmutação dos bonecos em gente gerou, de fato, certa incongruência narrativa. Mas, para as crianças – ao menos para as que desconhecem o livro –, as questões de verossimilhança não parecem incomodar. Para elas, aquele homem de azul com jeito de bobo e seus dois amigos que, na forma humana, mantêm trejeitos de animais, são sobretudo engraçados.

A trama, em linhas gerais, parece beber na fonte de *E.T.: O Extraterrestre* (1982), com o ser estranho que chega a um lar despedaçado pela ausência paterna e insere, num cotidiano duro, a mágica – que termina, inevitavelmente, em situações de trapalhada.

Em *Harold*, os personagens de outro planeta – o planeta da criação literária – entram na vida de uma viúva (Zooey Deschanel) e de um menino (Benjamin Bottani) que tem um amigo imaginário. O roteiro presta homenagem a Crockett Johnson, dando ao escritor um lugar central na narrativa.

Em um mercado dominado pelos filmes da Pixar, empresa que claramente se preocupa o tempo todo em agradar aos adultos – que são, no fim, quem vai pagar pelos ingressos –, os filmes infantis mais ingênuos podem não passar pelo crivo da crítica. Isso não significa, porém, que não agradem às crianças. As risadas e os comentários ouvidos na sessão paulistana que o digam. •

– por Ana Paula Sousa

HOPPER STONE/COLUMBIA PICTURES

Bonecos em forma de gente. Os atores Zachary Levi e Lil Rel Howery vivem Harold e Alce

A crença no palco

ESTREIA A atriz Renata Sorrah e o dramaturgo Marcio Abreu realizam, juntos, uma homenagem ao teatro

POR AMANDA QUEIRÓS

No Sesi. Abreu, diretor da Companhia Brasileira de Teatro, criou a obra *Ao Vivo (dentro da cabeça de alguém)* pensando em Renata

Durante muitos anos, Renata Sorrah acordava dia após dia sem lembrar dos seus sonhos. Isso mudou quando a atriz mergulhou no processo criativo de *Ao Vivo (dentro da cabeça de alguém)*, que estreou na quinta-feira 22 no Teatro do Sesi, em São Paulo, e segue em cartaz até dezembro. "Veja como o teatro é incrível: passei a sonhar loucamente todas as noites", diz.

O motivo, segundo ela, é o texto criado por Marcio Abreu, também diretor do espetáculo. A peça se passa na mente de uma atriz que, a caminho de um ensaio, tem uma epifania e começa a entender o universo. Ao voltar a si, já transformada por essa revelação, ela revisita sua trajetória e seus personagens, refletindo sobre a relação entre passado e futuro a partir do entrelaçamento entre memória e imaginação.

A amarrar tudo isso está a força do presente, sintetizado pelo próprio fazer teatral e enfatizado, no título, na expressão "ao vivo". A aposta no "aqui, agora" responde, de certa forma, às angústias vividas por Abreu durante a pandemia de Covid-19: "Estava muito desgastado, sem perspectivas, e precisei reinventar um espaço de existência, de crença na arte, no País e na nossa força enquanto artistas".

Esse impulso deu origem, em 2023, a uma plataforma de criação batizada como *Voo Livre*, com participação de atores da sua Companhia Brasileira de Teatro. A cada encontro, roteiros diferentes eram lidos, escritos e testados diante do público e de personalidades convidadas a somar ideias às cenas. Renata participou de todos.

Ao Vivo amadureceu com o procedimento, mas sua origem é anterior a ele. O projeto nasceu de um duplo desejo de Abreu: trabalhar com base no clássico *A Gaivota*, de Anton Tchekhov (1860-1904), e criar uma obra para Renata, com quem mantém uma prolífica parceria desde 2012, quando realizaram juntos *Esta Criança*, do francês Joël Pommerat. A montagem rendeu à atriz um Prêmio Shell.

Na produção agora encenada no Sesi, a peça a ser ensaiada é, justamente, a do dramaturgo russo. A escolha alude à história de Renata, a quem coube encarnar Nina, uma inocente aspirante a atriz, em uma comentada encenação dirigida 50 anos atrás pelo argentino Jorge Lavelli. "Dizem que é muito perigoso falar algo para um autor, porque depois você vira personagem. Foi o que aconteceu", afirma, rindo.

Para Abreu, a escrita de Tchekhov dá conta de componentes fundamentais da humanidade. "É uma peça pedagógica. Ela ensina a partir de muitas perguntas. O que é educação? O que é diferença de classe? O que os mais velhos podem nos ensinar?", provoca. "Senti que precisávamos recuperar alguns princípios muito básicos daquele texto, mas achei melhor criar algo atravessado por eles, pensando a imaginação como um território de afirmação da vida que precisa ser ocupado urgentemente."

Se, na montagem de 1974, Renata era uma jovem artista, hoje ela está mais próxima de Arkádina, a atriz veterana em quem Nina se espelha. Sua atuação não está, porém, atrelada exclusivamente à personagem. Ela é influenciada pelos demais atores com quem divide o palco e as referências trazidas por eles.

Tal proposta representa um desafio para Renata, conhecida pelas figuras icônicas que interpretou nas novelas da Globo, como Heleninha Roitman, de *Vale Tudo* (1988) e Nazaré Tedesco, de *Senhora do Destino* (2004). Apesar do sucesso na tevê, ela nunca abandonou o cinema e o teatro, tampouco adotou a postura de celebridade distante do mundo real.

> "O teatro me ajuda a ter novas ideias, a não desistir, a não ficar deprimida", diz a estrela televisiva

Na conversa com *CartaCapital*, realizada por chamada de vídeo, a atriz, cheia de alegria aos 77 anos, mostra-se entusiasmada ao falar das muitas primeiras vezes proporcionadas pela parceria com Abreu – que a acompanha na entrevista. Uma delas foi uma temporada inteira de *Esta Criança* nos CEUs, equipamentos culturais localizados nas periferias de São Paulo. Outra foi a turnê de *Preto* (2017), também com o grupo dirigido pelo dramaturgo, pela Alemanha, marcando sua estreia em palcos internacionais. Agora, ela coloca-se à prova ao dublar em tempo real.

"Sempre acho que não vou conseguir, mas o Marcio me puxa e vou. Tenho uma confiança imensa nele, tanto pessoal quanto artística", diz. As trocas com a atriz, por sua vez, fizeram com que o trabalho de sua companhia chegasse a um público mais amplo. "A Renata é um farol. Ela aponta para um lado e uma multidão vai nessa direção. Ela é ainda uma visionária, responsável por um repertório muito importante no teatro brasileiro. Fiz a peça para provocar ainda mais a nossa relação artística", diz ele.

Que a obra estreie no Teatro do Sesi, com seus 456 lugares e um histórico de filas e ingressos esgotados rapidamente, não é coincidência. Nesse espaço, onde as temporadas são sempre gratuitas e permanecem por meses ao alcance do público, o experimental e o popular já se encontraram muitas vezes.

E este é o tipo de projeto que mobiliza Renata: "O teatro me ajuda muito a pensar, a ter novas ideias, a não desistir, a não ficar deprimida. Gosto de imaginar que ele acende luzes para os outros e nos diz que a vida que a gente tem é agora". •

NANA MORAES

Autora e livreira. Selva, finalista do Booker Prize, é também dona de uma livraria, chamada Salvaje Federal, no bairro de Almagro, em Buenos Aires

Uma Argentina desconhecida

LITERATURA A escritora Selva Almada procura, em seus livros e em seu selo literário, desvelar lugares e modos de viver geralmente menos associados a seu país

POR SYLVIA COLOMBO, DE BUENOS AIRES

Doze anos separam o lançamento original de *O Vento Que Arrasa*, inicialmente publicado no Brasil pela extinta Cosac & Naify, e a nova edição do romance que projetou a escritora argentina Selva Almada, 51 anos, para o mundo. Nesse período, o livro não perdeu a atualidade, ao contrário: ele desvela aspectos da Argentina que, em 2012, eram apenas tendências que se insinuavam no horizonte.

Antes de *O Vento Que Arrasa*, a Todavia havia colocado no mercado brasileiro lançamentos anteriores e posteriores da autora: *Não É Um Rio*, ficção de 2021, e *Garotas Mortas*, de 2014, um de seus livros mais intrigantes, que traz à tona, de modo exclusivo, crimes e abusos reais ocorridos em Villa Elisa, pequena cidade de Entre Ríos, onde Almada nasceu e cresceu.

"Naquele período e nos anos seguintes, nós escutaríamos falar muito sobre esses crimes, junto a argumentos na linha de: 'A vítima fez algo, ela tinha muitos namorados, o que vestia nessa noite?'." Selva, então uma adolescente, não conseguia não se rebelar contra essas interpretações.

"Com essas expressões, a sociedade as condenava de antemão. Mas minha mãe, que estava muito longe de ser uma feminista, conhecia a luta das mulheres. Tínhamos tias, sobrinhas, gente envolvida nesse estilo de vida mais solitário", afirma. "E minha mãe, por mais que fosse aferrada aos valores católicos, não deixava de ver o abuso do homem: 'Isso não está bem. Deus não vai perdoar', ela dizia".

Selva recebeu a reportagem de *CartaCapital* na sede da Salvaje Federal, a

livraria que montou com um par de sócias durante a pandemia, no bairro de Almagro, em Buenos Aires. "Não havia como montar um lugar físico nessa época e nos concentramos num selo para vender livros de autores que não eram da capital", conta.

Nascida em Entre Ríos, Selva batalha para que se traga à luz a obra de escritores de diversas províncias. Hoje, o selo Salvaje Federal ajuda a promover festivais em vários pontos do país – na Patagônia, no chamado Litoral (Santa Fé, Entre Ríos) e outras partes. "É como se voltássemos ao que foi a literatura argentina em seus primórdios, com o predomínio do campo", diz, enfatizando seu desejo de desfazer o "estereótipo de que (a literatura) teria nascido apenas nos cafés de Buenos Aires".

Seu olhar para uma Argentina além-Buenos Aires estende-se à sua própria produção. *O Vento Que Arrasa* foi escrito após várias viagens à humilde região do Chaco, ao norte do país, e descreve uma paisagem muito diferente da frenética capital. Longe das luzes da metrópole, o campo de um calor escaldante já estava tomado pela presença de várias igrejas evangélicas.

"Aquilo, à época, me chamou muito a atenção, mas não cheguei a pensar em quais consequências teria", diz ela. "Agora entendo que foi um trabalho realizado metodicamente por vários anos. Hoje, vemos como os evangélicos cresceram no cenário religioso argentino, e temos templos enormes aqui mesmo em Buenos Aires." País historicamente católico, a Argentina os tem visto crescerem entre os fiéis. Hoje, os que se declaram católicos são 62,9% da população ante 15,3% que se dizem evangélicos.

"É uma mudança cultural importante, e só fui me dar conta de modo claro quando estávamos lutando pela Lei do Aborto (aprovada pelo Congresso argentino em 2020, depois de vários obstáculos e tropeços). Nós imaginávamos

REDES SOCIAIS/SELVA ALMADA

O VENTO QUE ARRASA

Selva Almada.
Tradução: Samuel Titan Jr.
(Todavia, 112 págs., 69,90 reais)

NÃO É UM RIO

Selva Almada.
Tradução: Samuel Titan Jr.
(Todavia, 96 págs., 60 reais)

GAROTAS MORTAS

Selva Almada.
Tradução: Sérgio Molina
(Todavia, 128 págs., 66,90 reais)

que íamos sofrer muito mais pressão da Igreja Católica, mas os mais combativos contra os direitos da mulher foram, na verdade, os evangélicos. E me lembrei de como eu primeiro os percebi, nas viagens ao Chaco", diz Selva.

O Vento Que Arrasa não é, porém, essencialmente sobre religião, mas sobre a vida em cenários desolados, tidos às vezes como fora do mapa nos debates sociais e políticos, e nos quais até mesmo a família se forma e se desenvolve ao redor de laços que não são os tradicionais. A trama arranca quando o carro em que viajam o reverendo Pearson, um pastor, e sua filha, Leni, tem um problema. Eles são levados à oficina de Gringo Brauer, que, por sua vez, os recebe junto a seu ajudante, Tapioca, quase um filho, ou um agregado da casa.

O reverendo e a filha, que teve de se despedir de modo doloroso da mãe, encontram nessa espécie de família feita de recortes e afetos duvidosos, um modo instável, mas harmônico de viver. *Flashbacks* vão nos mostrando como essa reunião foi possível e quem eram, no passado, essas pessoas que formam o grupo.

Nessa convivência, os homens brigam; as mulheres são minoria e foram feridas; os mais jovens se viram entre suas carências de crianças e o que compreendem ser parte de valores que jamais chegaram a aprender por completo.

Outra obra de Selva que chegou ao Brasil pela Todavia, *Não É Um Rio*, foi, este ano, finalista do Booker Prize, prestigiado prêmio britânico. Apesar de contar com dois latino-americanos na lista de finalistas – ela e o brasileiro Itamar Vieira Júnior –, o prêmio acabou ficando com a autora alemã Jenny Erpenbeck.

"A cada ano nos fazem crer que, sim, desta vez, será para um latino-americano, e cada vez há mais latino-americanos nas listas", diz a escritora, de regresso de Londres. "Mas parece difícil dar o passo." •

AFONSINHO

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos

A geopolítica olímpica

▶ Cada um dos países líderes no quadro de medalhas tem um plano definido para o desenvolvimento de esportes, muitas vezes ligados a educação e saúde

A Associação dos Servidores da Fundação Oswaldo Cruz (Asfoc), do Rio de Janeiro, tem um projeto de promoção da saúde pelo esporte que, a meu ver, deveria servir de exemplo do potencial dessa relação.

Embora seja destinado à comunidade interna da Fiocruz, o programa me faz pensar na necessidade de um Plano Brasileiro de Esportes. Há décadas vamos e voltamos a este assunto.

Retomo aqui o tema, primeiro, porque fui convidado, na semana passada, a participar da conversa *Futebol Brasileiro S.A. e Seu Impacto na Saúde*, na Asfoc.

E, depois, porque acabamos de sair da Olimpíada, sempre um momento no qual a relação que cada país tem com os esportes acaba por ser evidenciada.

A Constituição de 1988 estabelece, em seu texto que segue em vigor, o esporte como "Direito do Cidadão, Dever do Estado". Que efeitos práticos isso tem?

Em todos os países de maior desenvolvimento, o esporte, ao final de cada Olimpíada, tem os melhores índices no rendimento esportivo.

Este ano, vimos a China disputar, palmo a palmo, o primeiro lugar com os Estados Unidos no quadro de medalhas dos jogos realizados em Paris.

Cada um dos países que saem como os maiores vencedores ao fim de cada ciclo olímpico tem um plano de esportes definido, ou seja, são sociedades que estabeleceram de que maneira o Estado deve atuar para o desenvolvimento da atividade esportiva como um todo.

Tenho procurado entender como cada país, dentro de sua forma de organização, trabalha o investimento no esporte.

Sei que os Estados Unidos têm como base o esporte dentro das universidades, de onde saem seus maiores expoentes. Ou seja, a base é, totalmente, aquela do enlace entre educação e esporte.

Ao longo da Olimpíada, foram publicadas algumas reportagens que tratavam dos aspectos geopolíticos dos jogos.

Um dos temas amplamente tratados foi o de quanto a União Soviética alcançou resultados expressivos até a dissolução do bloco.

A União Soviética alcançou a primeira posição em seis das nove edições dos jogos até o ano de 1992, em Barcelona.

E ficou com a segunda posição nas três olimpíadas que se seguiram, tendo disputado uma delas como a Equipe Unificada.

Hoje, vemos a ascensão da China, país que trabalhou o esporte dentro do chamado Sistema Nacional de Toda Nação, que considera três níveis de administração: municipal, provincial e nacional.

E o que temos visto é o país alcançar progressivamente bons resultados.

Nos textos que li sobre o assunto, chamou bastante minha atenção o fato de, entre os chineses, o que mais se leva em conta, quando se fala em esporte, não é resultado competitivo dos atletas de elite, mas a relação entre esporte e saúde dentro da população como um todo.

Esse tema já teve lugar no Brasil muitas vezes. Uma delas foi durante a passagem de Pelé pela então Secretaria de Esportes, quando se pretendeu trazer a Olimpíada para o Brasil.

Propusemos, à altura, a construção do que chamávamos de Centros de Iniciação Olímpica (CIO) baseados no pensamento do esporte para todos.

Esperemos que essa aproximação entre esporte e educação e entre esporte e saúde ganhe cada vez mais espaço entre nós. •

redacao@cartacapital.com.br

Ascensão. A China tem, ano após ano, evoluído nas competições

BAPTISTÃO E REDES SOCIAIS/PARIS 2024

RIAD YOUNES

Oncologista dedicado a estudos e cuidados de tumores torácicos, é cirurgião nos hospitais Sírio-Libanês e Oswaldo Cruz e professor livre-docente pela Faculdade de Medicina da USP

O início de uma nova era

▶ Os grandes avanços no tratamento do câncer de pulmão são impressionantes e mudam completamente a perspectiva dos pacientes

Faz quase 40 anos que cuido de pacientes com câncer de pulmão. Mas olho para trás e não reconheço mais essa velha doença. Na década de 1980, quando comecei a tratar doentes com tumores malignos no pulmão, as chances reais de eles viverem mais que poucos meses se concentravam em cirurgias complexas.

Ou o tumor era removido por inteiro, independentemente da agressividade dos procedimentos, ou o doente tinha poucos meses de vida. E nisso consistia o nosso treinamento: operações extensas, complexas e agressivas.

No caso de doenças em estágios avançados ou disseminadas com metástases, as chances eram mínimas. Nos restava tentar radioterapia rudimentar e quimioterapia com um único esquema tóxico e de pouca eficiência.

E hoje? Estamos lidando com um novo câncer de pulmão. Graças aos métodos de endoscopia e de imagem cada vez mais sofisticados e detalhados – com tomografias de alta resolução, PET Scan, endoscopia pulmonar com ultrassonografia, ressonância magnética –, o diagnóstico e a determinação do estágio do tumor ficaram mais fáceis.

A análise patológica das biópsias tornou-se muito detalhada, com o uso intensivo de biologia molecular para caraterização do tipo, do subtipo e dos marcadores capazes de orientar o manejo de cada doente individualmente.

As cirurgias ficaram cada vez mais precisas, menos agressivas e mais eficientes, com a rotina de procedimentos por videocirurgia e robóticos que permitem a inclusão de pacientes cada vez mais idosos e mais frágeis para tratamentos com intenção curativa.

Os aparelhos de radioterapia tornaram-se exemplos de sofisticação e precisão. Atualmente, eles conseguem expor os tumores a doses altas de radiação, antes inimagináveis. Essas doses, curativas, vêm tornando-se alternativas reais de cura para pessoas sem condições clínicas de ser submetidas a cirurgia.

Mas a maior evolução veio mesmo com os medicamentos contra o câncer de pulmão. Temos disponíveis drogas cuja eficiência é absolutamente incomparável com aquele esquema rudimentar dos anos 1980. A quimioterapia, a imunoterapia e a terapia precisa, com alvos moleculares, permitiram a personalização da oncologia torácica.

As chances de pacientes com a doença metastática e avançada viverem por anos tornaram-se meta rotineira. A maioria desse grupo grave sobrevive três, quatro ou mais anos, principalmente quando são candidatos à terapia-alvo ou à imunoterapia.

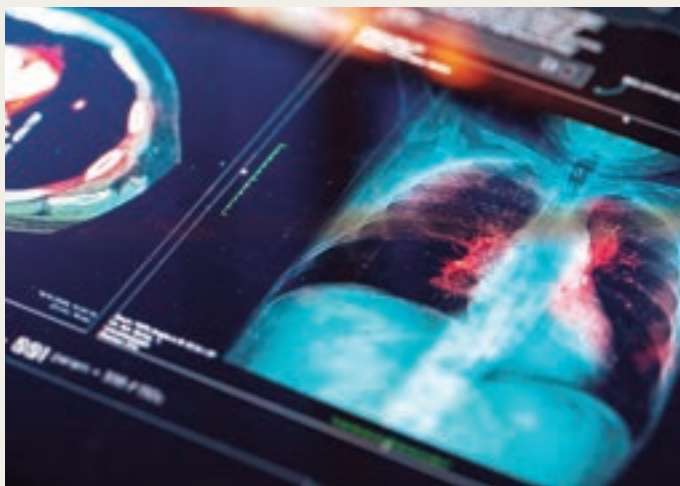
Recentemente, o uso de tratamento dirigido a um alvo específico em pacientes com câncer de pulmão avançado (chamado EGFR), previamente tratados com radioterapia associada à quimioterapia, aumentou drasticamente as chances de longa sobrevida (três anos ou mais) sem o retorno ou a progressão do câncer. A longa sobrevida foi alcançada em 80% dos pacientes, ante os 20% da rotina sem terapia-alvo.

Atualmente, concentramos nossa atenção em individualizar o manejo de nossos pacientes, indicando o melhor tratamento em cada etapa, com menor agressividade e maiores chances de cura e de controle da doença.

Infelizmente, os custos aumentaram, mas esta é outra luta que a sociedade terá de encarar para poder incluir todos, ricos ou não, com convênios ou não, na saúde pública ou privada, nesse trem do progresso.

Embora sigamos dando um passo de cada vez, os paradigmas da oncologia estão sendo derrubados de forma impressionante. Vivemos uma nova era, marcada por um novo olhar sobre um câncer, que é nosso velho conhecido – ou, eu diria, um câncer que, até recentemente, era totalmente desconhecido. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO E ISTOCKPHOTO

Tecnologia. Os métodos de endoscopia e imagens se sofisticaram

Papai, é verdade que quem topa tudo por dinheiro não passa pela porta do céu quando morre?
É.
POUSA DE HELICÓPTERO DIRETO NA COBERTURA!

CartaCapital
30 ANOS